



UFRPE

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

Sob a proteção do Escapulário:

Um estudo de caso sobre imigrantes espanhóis na cidade do Recife a partir da História
Oral

Thaís Nunes Rocha Perez

RECIFE

2019

Thaís Nunes Rocha Perez

Sob a proteção do Escapulário:

Um estudo de caso sobre imigrantes espanhóis na cidade do Recife a partir da História Oral.

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito parcial para a Conclusão do Curso de Graduação em Licenciatura Plena em História sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Lúcia Falcão Barbosa.

RECIFE

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

P438s Perez, Thaís Nunes Rocha.
Sob a proteção do Escapulário: um estudo de caso sobre imigrantes espanhóis na cidade do Recife a partir da história oral / Thaís Nunes Rocha Perez. – Recife, 2019.
57 f.: il.

Orientador(a): Lúcia Falcão Barbosa.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de História, Recife, BR-PE, 2019.
Inclui referências e anexo(s).

1. Imigração espanhola (Recife/(PE) – Século XX 2. História oral – Estudo de caso (Recife /PE) 3. História oral (Recife /PE) – Século XX 4. Família Perez Rodriguez I. Barbosa, Lúcia Falcão, orient. III. Título

CDD 981



**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA
TERMO DE APROVAÇÃO DE TCC**

THAÍS NUNES ROCHA PEREZ

**SOB A PROTEÇÃO DO ESCAPULÁRIO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE
IMIGRANTES ESPANHÓIS NA CIDADE DO RECIFE A PARTIR DA HISTÓRIA
ORAL**

Trabalho de conclusão de curso aprovado com nota **9,8** como requisito para conclusão da disciplina de TCC II (Cód. 04803), pela seguinte banca examinadora:

Orientador(a): Lúcia Falcão Barbosa Nota: 9,9

Membro: Suely Cristina Albuquerque de Luna Nota: 9,7

Membro: Mariana Albuquerque Dantas Nota: 9,8

Média das notas: **9,8**

Recife, 11 de Julho de 2019.

AGRADECIMENTOS

Quando penso nas pessoas a quem agradecer, não só pela presença na minha vida acadêmica, como também no cotidiano, a voz embarga e as lágrimas vêm aos olhos. E um questionamento surge: Como pôr em palavras tudo o que eu tenho a agradecer?

Primeiramente, quero agradecer a meus avós Pacita e Emílio que, apesar de não estarem presentes no mundo palpável para ver o resultado final do trabalho, são uma parte imprescindível da minha vida. Obrigada pelo legado, obrigada pela inspiração e, principalmente, obrigada pelo exemplo de força e lealdade que vocês são.

A meu avô Sidney, por ser meu maior exemplo profissional, minha inspiração, gostaria, vô, de ter trocado ideias com o senhor, de ter pedido conselhos, mas saiba que, onde quer que esteja, o senhor sempre terá uma neta orgulhosa e saudosa. Vovó Graça, a senhora é uma mulher como poucas, sua bondade, força e seus valores são os maiores aprendizados que eu posso levar para a vida. Não é Direito, mas é o que eu amo e me realizo fazendo.

Tia Popó, tia Denei e tia Ritinha, vocês estão presentes na minha vida desde que eu era um pingo de gente, que usava batom vermelho e não perdia a oportunidade de “montar” um palco e sair dançando ballet. Obrigada por todo apoio que vocês têm me dado desde a aprovação no vestibular. Vocês são simplesmente incríveis.

À Lúcia Falcão e Mitchel Estevão, eu os conheci e ganhei convivência com vocês há aproximadamente dois anos e, desde então, o que eu tenho aprendido com vocês é inexorável e inexplicável. Obrigada pela acolhida e, principalmente, por compartilharem comigo experiências que, sem sombra de dúvidas, irei levar por toda a minha vida. Vocês são gigantes e são merecedores de tudo o que conquistaram e conquistarão. Pedro Simas, como não te citar aqui? Desde 2011, tu és uma inspiração, sabe aquela aula sobre o Holocausto Judeu, no nono ano? Pois é, eu nunca esqueci, me emocionei, sorri e sem dúvidas, aprendo muito contigo, obrigada, por hoje, ser meu amigo.

Ao tio Nivaldo, por uma conversa que tivemos em maio de 2015, no terraço da minha casa. Obrigada pela força que o senhor me deu naquele momento, significou e significa muito para mim.

E não poderia deixar de falar em vocês, Gabi e Wesley (Chuchu). Gabizinha, são 14 anos de amizade, quando eu estava desacreditada você sempre segurou na minha mão e me deu força, você é a irmã que eu não tive. Chuchu, uma palavra para a nossa história: Parceria. Tenho orgulho em ser tua parceira em tudo, inclusive por ser o melhor *partner* com quem tive a honra de dançar, assim como Gabi, o irmão que não tive. E Ninha, comadre, eu tenho que te agradecer por sempre acreditar, defender e estar presente na minha vida desde o: “ô painho, ela não quer brincar comigo não!”.

Namore alguém que te dê força, apoie, motive e acredite no que você faz, me disseram, e você é tudo isso para mim, Heli. Obrigada por me surpreender sempre da melhor forma possível. Eu te admiro muito e quero te ver crescer e crescer contigo.

Mainha e painho, as palavras que eu dirijo a vocês nunca serão suficientes para dizer o quanto sou grata a vocês. Meus heróis, meus exemplos. Obrigada por estarem ao meu lado nas horas fáceis e difíceis, obrigada por comemorarem comigo, por sangrarem comigo e, principalmente, por embarcar nas minhas viagens e loucuras desde 1997. Todos que convivem com vocês são sortudos e agraciados pela vida, pelo destino, mas é na minha identidade que tem o nome de vocês. E, principalmente, sou eu que posso chamar vocês de mainha e painho, eu os amo com todo o coração.

RESUMO

O trabalho em questão discorre sobre o processo migratório da família Perez Rodriguez da Espanha para a cidade do Recife, Pernambuco, no final da década de 1940, em decorrência, principalmente, da Guerra Civil Espanhola e da Segunda Guerra Mundial. Trata-se de uma **pesquisa de caráter exploratório** sobre imigrantes espanhóis em Recife e a forma como eles elaboram a sua identidade transatlântica. Tem uma **abordagem qualitativa**. E se realiza a partir de uma triangulação metodológica baseada em: i) um **estudo de caso**, ii) **história oral** e iii) **análise documental**. Através do estudo de caso da família Perez Rodriguez é possível identificar as estratégias postas em marcha para a formação de uma identidade familiar, através da qual os integrantes da família constituem um legado compartilhado por várias gerações. Pudemos confirmar, dessa forma, que as tradições orais e as memórias coletivas foram a base para a construção das identidades individuais e coletivas dos Perez Rodriguez; bem como investigar suas estratégias para construção de um legado durante o exílio. Assim, os relatos de experiências dos membros da família, coletados através da metodologia da história oral, servem para embasar as análises e interpretações que serão respaldadas por documentos e fotografias da família Perez Rodriguez, referentes à época.

Palavras-chave: Imigração espanhola, história oral, estudo de caso, Família Perez Rodriguez, Recife, século XX.

ABSTRACT

The paper in question discusses about the migratory process of the Perez Rodriguez family from Spain to the city of Recife, Pernambuco, in the late of the decade of the 1940, mainly as a result of the Spanish Civil War and the Second World War. It is an **exploratory research** about Spanish immigrants in Recife and the way in which they elaborate their transatlantic identity. It has a **qualitative approach**. And it has make since on a methodological triangulation based on: i) a **case study**, ii) **oral history** and iii) **documental analysis**. Through the case study of the Perez Rodriguez family it is possible to identify the strategies put in place for the formation of a family identity through which the members of the family constitute a legacy shared by various generations. We were able to confirm, in this way, that oral traditions and collective memories were the basis for the construction of the individual and collective identities of Perez Rodriguez; as well as investigate their strategies for building a legacy during exile. Thus, reports of the experiences of family members, collected through the methodology of oral history, serve to support the analysis and interpretations that will be backed by documents and photographs of the family Perez Rodriguez, referring to the epoch.

Keywords: Spanish Immigration, oral history, case study, Perez Rodriguez family, Recife, 20th Century.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Quadro 1.....	23
Tabela 1	24
Figura 1	25
Figura 2	35
Figura 3	45
Figura 4.....	45
Figura 5.....	50
Figura 6.....	50
Figura 7.....	51
Figura 8.....	51
Figura 9.....	52
Figura 10.....	52
Figura 11.....	53
Figura 12.....	53
Figura 13.....	54
Figura 14.....	55
Figura 15.....	55
Figura 16.....	56
Figura 17.....	56
Figura 18.....	57
Figura 19.....	57

SUMÁRIO

I - INTRODUÇÃO	10
II - OS DESAFIOS DA MEMÓRIA TRANSATLÂNTICA: REFUGIADOS ESPANHÓIS NO BRASIL.	13
2.1 A História Oral como metodologia para a ciência histórica	13
2.2 Memória Coletiva/ Identidade Coletiva.....	16
2.3 Levantamento bibliográficos sobre memórias de imigrantes no Brasil na perspectiva da história oral.	21
III - TESTEMUNHOS DE IMIGRANTES ESPANHÓIS NO BRASIL SOBRE A GUERRA CIVIL ESPANHOLA E SOBRE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.....	26
3.1 A guerra Civil Espanhola e a Segunda guerra Mundial e o fluxo humano de refugiados.....	26
3.2 O Processo Migratório espanhol e a política externa do Brasil.	28
3.3 Família Perez Rodriguez e sua chegada no Brasil.	34
IV – O PRINCIPAL MOTIVO DAS MEMÓRIAS É RECORDAR.....	36
4.1 O Lugar dos conflitos na elaboração das memórias.	36
4.2 O Brasil como campo de batalha.	39
4.3- As estratégias e pactos para a construção de um legado.	41
V - CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
VI - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	48
ANEXOS	50

I - INTRODUÇÃO

Afinal, o que tem mais a capacidade de unir um grupo de pessoas, a não ser uma boa história a ser contada? Esse foi um dos questionamentos motivadores para a construção da ideia inicial desse trabalho que, depois de um processo de maturação, começou a nascer. Uma vida toda ouvindo as histórias do Vovô Emílio e da Vovó Pacita, e como eles trouxeram tia Paulina, tio Zé, tia Blandina, tia Lola (e suas peripécias), tia Maricarmen e tio Peu da Espanha para o Brasil. Esse ato de ouvir histórias ao longo da minha infância gerou alguns questionamentos acerca do que aconteceu e, principalmente, o que motivou isso tudo a acontecer, para além de uma fantasia infantil, criada pela mente fértil de uma neta curiosa. Talvez não seja gratuito o fato de ter escolhido, na educação superior, uma graduação em História. Cresci ouvindo histórias. Profissionalmente, me formo uma pesquisadora e professora de Histórias.

A partir do momento em que a temática do trabalho de conclusão de curso foi escolhida, os pensamentos sobre o “Como isso vai ser feito?” e do “Isso pode ser feito?” começaram a nortear o que viria a ser o embrião da pesquisa. Sendo assim, imaginei que através da metodologia da história oral poderiam ser recolhidos os relatos de experiências, sobre as viagens, o que foi encontrado aqui, como eles fizeram para permanecer com esse sentimento de pátria que trouxeram e as estratégias familiares encontradas para a construção de um legado, através de memórias que deram origem às histórias contadas nos almoços de domingo das famílias que cada um formou e nas reuniões das quartas-feiras à tarde (o Butantã). Esse era o momento em que os mais velhos contavam e transmitiam essas lembranças e esse legado tanto para os irmãos mais novos (tia Sita, tia Maria Helena e Milucho), como para os seus descendentes, os quais nutrem uma curiosidade sobre o acontecido. Além de ter acesso e poder observar os documentos, como os encontrados sobre a imigração do casal, certidão de casamento e fotos do acervo familiar, que poderiam acender nos futuros entrevistados as memórias dos familiares transformados em depoentes.

Visto o como, passei para o “Por que isso vai ser feito?”... Ao estudar o caso de uma família, que passou por um processo migratório no século XX, em decorrência da Guerra Civil Espanhola e da Segunda Guerra Mundial, conflitos que se fazem presentes ainda hoje na memória e no imaginário coletivo da família Perez Rodriguez, eu poderia

analisar as estratégias da construção do legado e das tradições da família, bem como considerar a importância das memórias e dos esquecimentos trazidos por eles. A partir dessas três perguntas que martelavam em minha cabeça - como isso vai ser feito, isso pode ser feito e por quê? - construiu-se o objetivo despretensioso desse trabalho de conclusão de curso: identificar como a família Perez Rodriguez encontrou suas estratégias para elaborar uma identidade transatlântica.

Dessa forma, esse trabalho de conclusão de curso trata-se de uma **pesquisa de caráter exploratório** sobre imigrantes espanhóis em Recife e a forma como eles elaboram a sua identidade transatlântica. Tem uma **abordagem qualitativa**, tendo em vista que o critério para cumprimento do objetivo proposto não é numérico, mas valorativo. E se realiza a partir de uma triangulação metodológica baseada em: i) **estudo de caso** – a família Perez Rodriguez, ii) **história oral** – uso de relatos orais de membros da família em questão e, de forma complementar, iii) **análise documental** – fotos, certidões, cartas familiares etc. A escolha do uso composto de estratégias metodológicas nas ciências humanas e sociais possibilita uma amplitude de análise na abordagem de um fenômeno complexo¹. Contudo, esse trabalho terá a História Oral também como referência teórica na sua elaboração, tendo em vista que, mais do que uma estratégia metodológica, a História Oral propõe-se a uma discussão epistemológica e humanizadora sobre a produção da pesquisa no campo da Ciência Histórica. Bem como o fato de que a memória ocupa um lugar central para constituição da identidade individual ou coletiva – objetivo principal desse trabalho que tem a oralidade como sua principal fonte documental.

Nesse trabalho de conclusão de curso, analiso cinco entrevistas que contém sete relatos, que, de certa forma, se completam. Por conseguinte, alguns processos foram analisados para a edificação desta monografia dentre eles o reconhecimento enquanto

¹ Segundo Carlos Eduardo Franco Azevedo, Leonel Gois Lima Oliveira, Rafael Kuramoto Gonzalez, Márcio Moutinho Abdalla, em artigo intitulado “A Estratégia de Triangulação: Objetivos, Possibilidades, Limitações e Proximidades com o Pragmatismo”: “Em 2000, Denzin e Lincoln afirmaram que em ciências sociais a: ‘[...] triangulação não é uma ferramenta ou uma estratégia de validação, é uma alternativa à validação. A combinação de diferentes perspectivas metodológicas, diversos materiais empíricos e a participação de vários investigadores num só estudo devem ser vista como uma estratégia para acrescentar rigor, amplitude, complexidade, riqueza, e profundidade a qualquer investigação’. A triangulação significa olhar para o mesmo fenômeno, ou questão de pesquisa, a partir de mais de uma fonte de dados. Informações advindas de diferentes ângulos podem ser usadas para corroborar, elaborar ou iluminar o problema de pesquisa. Limita os vieses pessoais e metodológicos e aumenta a generalização de um estudo (Decrop, 2004).” Site https://www.andrefontenelle.com.br/tipos-de-pesquisa/#Estudo_de_Caso, Acessado em 29/06/19.

família e enquanto estrangeiros, em processo de adaptação em um local cujo clima, linguagem, alimentação e moradia são totalmente diferentes daquilo ao qual estavam habituados. Logo, o corpus documental dessa monografia é composto por entrevistas, fotografias, cartas e documentos em geral da família Perez Rodriguez, relacionados à época da migração e assentamento na cidade do Recife.

Assim sendo, os capítulos que fomentam e materializam a análise e as discussões propostas, foram divididos da seguinte forma:

O primeiro capítulo vai conter discussões acerca da epistemologia e metodologia da história oral, utilizada como base para a construção das entrevistas, bem como comporta explicações acerca da importância dessa metodologia através da proposta de análise que prima por uma diversificação dos pontos de vista dos fatos trazidos pelos depoimentos orais. Haja vista a quantidade de perspectivas e nuances em que as análises podem desdobrar-se. Além de discussões e análises sobre a importância da memória coletiva e dos grupos sociais para a formação das identidades.

O segundo capítulo traz discussões sobre os conflitos que motivaram a viagem, a Guerra Civil Espanhola e a segunda Guerra Mundial, e o lugar que esses conflitos ocupam na constituição da identidade familiar. Além de discorrer sobre as relações hispano-brasileiras no período dos conflitos em tela, englobando aí, também, os processos migratórios e como eles se construíram com o passar dos anos e das comoções e incertezas latentes geradas pelas hostilidades envolvidas nessas guerras. Além de começar a apresentar a família Perez Rodriguez e as razões que fizeram Emílio Perez Rivera sentir a necessidade de iniciar junto a sua esposa e filhos o processo migratório.

No terceiro capítulo, proponho algumas análises acerca das entrevistas, mais especificamente, enfocando os espaços e tempos vivenciados pela família em sua saga migratória. Realizo análises sobre os relatos e as informações neles contidas, de maneira a trazer a luz às estratégias de construção das memórias, dos legados e como essas estratégias são passadas adiante. Nessa parte, os personagens apresentados serão aprofundados e algumas memórias construídas ao longo do tempo serão descritas e analisadas.

II - OS DESAFIOS DA MEMÓRIA TRANSATLÂNTICA: REFUGIADOS ESPANHÓIS NO BRASIL.

2.1 A História Oral como metodologia para a ciência histórica

Ao pensar as memórias coletivas ou individuais como possíveis fontes de reconstrução do passado, temos, nos relatos de experiências, nuances e pontos anteriormente evitados pela ciência histórica por apresentarem características mais subjetivas, ou divergentes de uma chamada “versão oficial”. Durante muito tempo, as memórias foram alvo de uma visão negativa por parte da ciência histórica, mas, aos poucos, vão assumindo uma posição de destaque, já que os relatos baseados em experiências acabam abrindo uma margem de análise e interpretação mais nuançadas de determinados fatos. E, com isso, gradativamente a história oral foi ganhando espaço e aceitação, a partir das possibilidades trazidas pelo método.

“A História Oral permite o registro de testemunhas e o acesso a ‘histórias dentro da História’ e, dessa forma amplia as possibilidades de interpretação do passado”. (Alberti, 2005, 155)

Ao analisar as dificuldades da utilização da metodologia da história oral para o projeto de pesquisa, é importante ter em mente o fato de que “durante muito tempo, desde a perspectiva positivista predominante no século XIX, a História preconizou o escrito em detrimento do oral, e o passado remoto em detrimento de temas contemporâneos” (Alberti, 2005, 163), já que as fontes escritas, segundo essa perspectiva positivista, pode oferecer um conhecimento mais concreto e seguro sobre os elementos do passado mais remoto, evitando um envolvimento emocional do pesquisador com as temáticas trabalhadas.

Entretanto, a partir do momento em que o pesquisador se abre a outras vertentes interpretativas, ele proporciona uma diferente visão de determinado fato, já que as análises feitas através de uma investigação pautada nas entrevistas de história oral, “contam com a visão de indivíduos que testemunharam ou participaram de acontecimentos do passado e, até mesmo, do presente” (Alberti, 2005, 156). De modo que as divergências, em torno dessa possibilidade de pesquisa, são abandonadas bem como a conotação negativa que durante muito tempo a rodeou. Afinal, os testemunhos abrem espaço a um significado a mais da história a ser narrada, abrindo uma nova vertente dentro da pesquisa e, às vezes, trazendo novas luzes a partir daquilo que foi ou

é lembrado. Aos poucos, superamos o preconceito com a história oral como metodologia (confiável) de pesquisa. De modo que a história oral tornou-se (e vem se tornando) uma contra-história, principalmente quando há a possibilidade de tecer análises através da visão de grupos que durante muito tempo assumiram um posicionamento de “marginalidade” ou até mesmo de coadjuvante nas histórias das sociedades.

Por mostrar uma versão do passado as entrevistas de História Oral podem ser também uma forma de ampliar os conhecimentos sobre “determinados acontecimentos e conjunturas do passado, através do estudo de experiências e versões particulares” (Alberti, 2005, 165). De modo que cada relato é uma exposição do que é percebido e, conforme Bergson, citado na obra de Ecléa Bosi, “não há percepção que não esteja impregnada de lembranças” (Bosi, 1994, 42). Então, o que é lembrado está totalmente ligado com o que é percebido, mostrando a relação existente entre o corpo e a consciência do observador e aquilo que é vivido ou observado. Assim como a falta de percepção leva ao esquecimento, a falta de habilidade de comunicação também o faz (Huyssen, 2005, 22, apud Casadei, 2010, 153). De modo que, segundo Márcio Seligmann-Silva, o que é esquecido é um ponto de extrema importância, tanto quanto o que é lembrado, para a construção da identidade de um grupo ou indivíduo.

E quando os *velhos* são citados e referenciados, tanto nos títulos como o decorrer de obras, como a de Ecléa Bosi, entra em questão a seguinte problemática: Para que eles servem? Em grande parte das sociedades ocidentais, geralmente velhos não são considerados úteis, seja por sua fragilidade física, seja pelos desgastes corpóreos que resultam das intempéries presentes no tempo e na idade.

“Mas, se os velhos são guardiões do passado, por que *nós* é que temos que lutar por eles? Porque foram desarmados. Ao mostrá-lo, Ecléa, em sua tese, deixa exposta uma ferida aberta em nossa cultura: a velhice oprimida, despojada e banida”. (Chauí, 2015, 18)

A experiência transmitida por eles acaba se revelando como uma forma de se entender determinados pontos da sociedade que apenas eles sabem, em sua individualidade, o que torna importante a análise e a consideração do que eles têm a falar e a contribuir, não só com a sociedade, como com o mundo. E o fato de a academia estar mais aberta ao uso de relatos de experiências, proporciona perspectivas, visões das “histórias dentro da História” (Alberti, 2005, 155).

“Nosso interesse está *no que foi lembrado*, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de sua vida. Recolhi aquela evocação em disciplina que chamei de memória-trabalho.” (Bosi, 2015, 37)

O que mostra o interesse em apontar a importância das diferentes versões entre o que noticiado pela grande mídia e, até mesmo, o que é analisado e perpetuado pelo saber histórico. Valorizando as, já citadas, “histórias dentro da História”, através dos relatos sobre o que é visto, vivido e eternizado na vida da pessoa, como fala Bosi. Abrindo esse “hiato entre o vivido e o narrado [onde] localiza-se o fazer próprio do historiador” (Montenegro, 2013, 10).

“Uma das principais riquezas da história oral está em permitir o estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas.” (Alberti, 2005, 165)

As experiências e narrativas, embebidas de identidades e particularidades, permitem uma mudança de perspectiva, além de uma aproximação empírica do que está sendo tratado, podendo ser visto como uma mudança de perspectiva, entendendo como pessoas e grupos experimentaram o passado, tornando possível o questionamento das interpretações generalizadoras de determinados acontecimento e conjunturas. O que é oferecido pelo autor do relato de experiência é uma versão, bem como o que é oferecido pelos “livros de história que registram esses fatos são também um ponto de vista, uma versão do acontecido, não raro desmentidos por outros livros com outros pontos de vista” (Bosi, 2015, 37), e essa pluralidade oferecida pelas diversas fontes, acaba munindo o pesquisador de possibilidades, não só de questionamentos, como também de análises acerca de um fato, bem como as omissões e informações encontradas em primeira mão através de um relato.

Como foi dito antes, as narrativas são inundadas das experiências, identidades e, principalmente, singularidades, que foram reunidas, construídas e desconstruídas ao longo da vida do indivíduo. Ao falar de experiência, Walter Benjamin, denota a importância da identidade do indivíduo que se põe a narrar os fatos vividos por ele e, ao mesmo tempo, fala da progressiva desvalorização do mesmo que se encontra com o avanço da modernidade. Com o caráter que a imprensa vem tomado, principalmente no pós-guerra, segundo o autor, o narrador passa a ser dispensável, tirando das pessoas a capacidade de narrar suas experiências e causando, até mesmo, consoante ao mesmo,

um certo desconforto quando há a solicitação por parte de terceiros para que alguém relate sua experiência acerca de algo. (Benjamin, 1994, 198).

2.2 Memória Coletiva/ Identidade Coletiva

Quando falamos especificamente sobre memória, temos uma série de visões e considerações que podem guiar as análises sobre suas formações e construções. Um dos primeiros estudiosos a discorrer sobre o tema foi o sociólogo francês Maurice Halbwachs, que tece considerações acerca da coletividade da memória como imprescindível para a construção do indivíduo e que, apesar dos esforços para que haja o processo do lembrar sejam competentes a cada indivíduo, a ideia de liberdade e de memória individual acaba se caracterizando como uma ilusão, já que o indivíduo não é individual e sim, uma construção coletiva; visto que em toda a sua trajetória ele está inserido em uma coletividade ou em múltiplos grupos sociais. E apesar de o sujeito que lembra tecer suas análises e percepções acerca da realidade na qual está vivendo, suas lembranças são sempre validadas e complementadas pelos grupos sociais em que vivem.

“Para Halbwachs o indivíduo que lembra é sempre um indivíduo inserido e habitado por grupos de referência; a memória é sempre construída em grupo, mas é também, sempre, um trabalho do sujeito.” (Schmidt e Mahfoud, 1993, 288).

Sendo assim, para o autor em questão, toda memória é de fato coletiva, pois na grande maioria das situações que são recordadas e rememoradas, o indivíduo não está sozinho. Então, qualquer lembrança é feita através de vivências, as quais nunca são isoladas de um grupo social (seja ele qual for, família, escola, igreja etc.). Por esse motivo, podemos dizer que o indivíduo não é, de fato, uno, mas que é composto de tradições e das experiências, tidas pela sua vida em sociedade.

“Segundo Halbwachs, uma semente de rememoração pode permanecer um dado abstrato, pode ainda, formar-se em imagem e como tal permanecer ou, finalmente, pode tornar-se lembrança viva. Estes destinos dependem da ausência ou presença de outros que se constituem como grupos de referência.” (Schmidt e Mahfoud, 1993, 288).

Na perspectiva halbwachiana, torna-se impossível ao indivíduo construir qualquer tipo de experiência isoladamente, bem como, construir qualquer tipo de

registro sobre o passado da mesma forma. Por essa razão o mesmo reitera que até o fim da primeira infância, período demarcado do nascimento ao terceiro ano de vida da criança, não é possível que haja nenhum armazenamento mnemônico, já que ainda não há nenhuma base formada enquanto ser social. Além de que, ele também afirma a necessidade de uma “referência a um mesmo conjunto de símbolos, socialmente elaborados, [para que] os indivíduos, [possam] dotar suas experiências de significados” (Rios, 2013, 6). Sendo assim, a memória torna-se um fenômeno coletivo, já que a percepção individual acaba sendo influenciada pela linguagem, cujo funcionamento se dá como um código que atribuirá sentido tanto à memória, quanto às experiências vividas pelo indivíduo. As lembranças são construídas a partir dos “quadros sociais” impostos ao indivíduo como pontos de referência.

“A relação entre memória e identidade faz com que Halbwachs estabeleça também uma associação entre memória e tradição. Para o autor, a memória não diz respeito simplesmente a uma experiência iniciada e concluída no passado, mas sim a algo que permanece vivo, animando os pensamentos e ações dos indivíduos e grupos no presente. Quando uma memória deixa de existir, isso significa que os laços sociais que a alimentavam – e que nela se alimentavam – já não existem mais, ou seja, foi o próprio grupo, outrora cultivador dessa lembrança, que deixou de existir.” (Rios, 2013, 7).

Sendo assim, podemos fazer uma relação entre a capacidade de lembrar e a de esquecer, trabalhada por Marcelo Seligmann-Silva, onde tão importante quanto o ato lembrar, pode ser e é, também, o ato de esquecer; o que, de acordo com Halbwachs, é visto como o afrouxamento dos laços sociais que a mantinham viva e, a partir daí, a História se faz necessária, já que é tida como uma visão externa e racionalizada da sociedade e é chamada a entrar em cena quando a memória- tradição deixa de existir. Além de que, segundo Silva, o processo do esquecimento pode causar ou evitar algum impacto na vida do indivíduo.

Michael Pollack, assim como Halbwachs, dedicou seus estudos à memória e através de análises à obra do último, faz alguns questionamentos ao que é trazido. O trabalho de Halbwachs se mostra com uma perspectiva de memória predominantemente coletiva, enquanto Pollack traça uma visão mais individualista e subjetiva. Para Halbwachs, a atitude e a iniciativa de lembrar é individual, enquanto a memória diz respeito à sociedade e aos grupos sociais nos quais o indivíduo venha a estar inserido. Apesar de concordar em diversos pontos com Maurice Halbwachs, Michael Pollack traz algumas divergências quanto ao pensamento do primeiro. Dentre os pontos de

concordância, Pollack carrega a ideia de que a memória se caracteriza como um fenômeno coletivo, dizendo também que a mesma é uma construção social, é múltipla, pois os variados grupos sociais têm diferentes visões de um fato ou acontecimento, o que leva a uma multiplicidade das visões acerca de um fato. O que vem a dialogar com as possibilidades de uso da história oral, já que a ideia de “histórias dentro da História” (Alberti, 2005, 155) acaba levando a uma multiplicidade das visões acerca de um tema, quando há a utilização dessa metodologia.

Apesar da visão em comum entre os mesmos – a ideia de coletividade da memória, enquanto Halbwachs diz que a memória é um fenômeno unicamente coletivo e que o indivíduo isoladamente não consegue realizar uma atividade mnemônica, esse fenômeno é visto de forma oposta pelo Pollack. Além de que a coercitividade defendida pelo primeiro não é tão bem aceita pelo segundo, de modo que, para este, existe um certo protagonismo vivenciado pelo indivíduo na hora de administrar as influências que vêm do grupo no qual convive; logo, o poder de agência do indivíduo deve ser considerado.

Sendo assim, as experiências que a pessoa tem são tão importantes para a formação de sua memória, quanto os fatores elencados por Pollack: acontecimentos, que podem ter sido vivenciados diretamente pela pessoa, ou por consequência do grupo social em que ela se enquadra; por pessoas, que podem ser caracterizadas por figuras públicas ou formadores de opinião e pessoas que estão no ambiente de convivência; e por lugares que configuram ambientes de convivência, ou que foram incorporados de forma indireta às experiências individuais.

Quando falamos da questão de identificação, ou da construção de uma determinada identidade para um grupo, sabe-se que em semelhança a Halbwachs, Pollack defende que “em sua definição, a identidade é a autoimagem que os indivíduos e grupos constroem para si mesmos e para os outros” (Rios, 2013, 10), podendo-se levar em conta o que é esquecido e recordado. Mas qual seria então a função dessa memória que seria criada, recriada e passada adiante? Levando em consideração a necessidade de coerência entre os fatos e as recordações, ela teria o papel de criar, além de um senso de igualdade dentre os membros de um grupo social, uma diferenciação entre outros. Talvez seja por isso que, apesar de coletiva e estar ligada a um grupo social, a memória é considerada pelo autor como um fenômeno individual, pois o

indivíduo tece as recordações através, também, de uma visão particular dos fatos, sendo assim, sua individualidade, seu ponto de vista, também estão presentes na sua capacidade de lembrar, mostrando, dessa forma, que as relações entre memória e identidade são fortes e interdependentes, afinal, o que é lembrado e esquecido, vai moldando ao longo do tempo a personalidade e o caráter do indivíduo, tanto particularmente, como enquanto membro de um grupo (coercitivo ou não). E ao mesmo tempo em que são dependentes entre si, segundo Pollack, essa relação entre memória e identidade pode ser um tanto conflituosa.

Para que haja a formação das lembranças e memórias dos indivíduos, faz-se necessária a presença de testemunhos. Mas não é qualquer testemunho que terá a importância necessária para a formação de lembranças comuns. Para que essa dinâmica seja possível, Halbwachs afirma que deve haver uma concordância entre as lembranças das pessoas do grupo, para que haja uma complementação e um reforço mútuos. E Pollack, em complementação a isso, com sua perspectiva de memória negociada, afirma que o indivíduo também é capaz de exercer sua participação e contribuição na constituição dessas lembranças. Mas a interpretação halbwachiana acaba sendo um pouco distinta, já que ele afirma que os quadros sociais são pontos de referência que entram como fator de organização das memórias coletivas e dos membros do grupo (no que tange às memórias individuais), dando uma coerência entre essas representações coletivas. Como se as pedrinhas de um mosaico, que apesar de terem tonalidades, tamanhos e cores diferentes se encaixassem para formar um todo. Esse todo seriam as representações coletivas, que acabam sendo uma rede de coesão para as identidades em formação. Para Pollack, a formação dessa rede de afetividade acaba mascarando os processos de dominação que estão relacionados à formação das memórias.

Durante a atividade mnemônica, também existe o processo de enquadramento, citado tanto por Pollack, como por Halbwachs, que funciona como uma forma hegemônica de dar sentido aos fatos, o que acaba por ser controlada pelos interesses de grupos que exercem um certo domínio na sociedade. Logo, essa hegemonia acaba gerando uma supressão nas memórias de grupos que se mostram em uma posição de marginalidade na sociedade (as chamadas minorias). No que diz respeito à história positivista, podemos dizer que ela se caracteriza pelo estudo do jogo político e, conseqüentemente, dos grupos dominantes, por pautar seus estudos nos documentos

escritos e oficiais. Contrariamente, de acordo com Verena Alberti, as possibilidades de pesquisa no âmbito da história oral podem ser potencialmente mais democráticas e acabar valorizando as versões diversas de um mesmo fato, essa seria a estratégia metodológica de analisar as “histórias dentro da história”. Mas, mesmo com essas possibilidades, ainda de acordo com a mesma autora, um equívoco a ser evitado pelo pesquisador, é utilizar desse tipo de pesquisa para “dar voz” às pessoas, ideia defendida principalmente pelos que Alberti chama de historiadores militantes.

No que diz respeito às memórias em condição de marginalidade, Pollack diz que elas podem ser abafadas durante um tempo, e que estão sob constantes ameaças de silêncio e esquecimento, mas, a menor mudança nos ares e na situação, pode fazer com que esses grupos anteriormente marginalizados venham à tona, trazendo mudanças à ordem social. Por muitas vezes, esse silêncio acaba sendo mais positivo que negativo, quando elas não são veiculadas por vias formais de informação, mas acabam sobrevivendo e se perpetuando quando são passadas de “boca em boca” ou no que diz respeito aos meios informais de comunicação e grupos sociais menores que acabam abrangendo, por exemplo, as famílias. As tradições familiares se criam, quando existe a perpetuação de histórias e tradições, muito marcadas pela oralidade, “por isso, as entrevistas de história oral, ou história de vida, se apresentam como um método privilegiado para a abordagem desse tipo de experiência” (Rios, 2013, 12).

A história oral tem o objetivo de reconstruir os eventos através de memórias baseadas em relatos individuais, o que demonstra que as memórias individuais têm sim relevância e como o indivíduo, cujo relato é visto como uma versão válida de determinada história, tem suas próprias recordações, ela acaba se fazendo presente na forma em que ele narra determinado fato. O que mostra que um acontecimento pode ter uma pluralidade de visões, interpretações e versões. Levando isso em consideração, Alberti frisa que, ao analisar uma entrevista de história oral, o pesquisador deve sempre estar atento às possíveis discordâncias e que ela deve ser tratada como uma fonte - o que ela de fato é - e não como uma revelação do que aconteceu.

“Pollak destaca, portanto, a importância da agência individual para a formação das lembranças e procura conectar os planos micro e macro da vida social em sua análise, mostrando que a estrutura se constitui, se expressa e se modifica no plano da ação individual.” (Rios, 2013, 13).

De acordo com Halbwachs e Pollack, a memória dos grupos marginais, na grande maioria das vezes, se curva à construção social e mnemônica dos grupos dominantes considerados “importantes”. Nesse sentido, pode-se dizer que a partir da aceitação da história oral como fonte de pesquisa confiável, a ciência histórica abriu margem para que sua memória fosse valorizada e que sua visão de sociedade passasse a ser vista com outros olhos. Sendo assim, é importante ter em mente que em algumas situações, essas perspectivas podem trazer uma margem interpretativa antes ignorada ou não notada. Então, as entrevistas que irão embasar nossa pesquisa devem ser feitas com pessoas que participaram ou experienciaram acontecimentos do passado (relativamente próximo) ou do presente.

Beatriz Sarlo, que acaba entrando como uma análise alternativa a Halbwachs e Pollack, segundo Fábio Daniel Rios, acaba por fazer uma crítica à “guinada subjetiva” presenciada nas últimas décadas. Não desvalorizando, nem descaracterizando a importância dos relatos testemunhais e da memória e, sim, problematizando o fato de que esse fenômeno faça com que os relatos possam assumir “a condição de fontes inquestionáveis e infalíveis na reconstituição do passado” (Rios, 2013, 15), sem levar em consideração o fato de que esses relatos são a cobertura de uma face desse passado que se encontra em vias de reconstrução. Então, é importante considerar que essa experiência, contada no relato testemunhal, traz uma mudança de perspectiva, pode proporcionar o entendimento de como pessoas e outros grupos sociais acabaram por “experimentar o passado”, trazendo a possibilidade, assim, de construir um questionamento a determinadas interpretações mais generalizadoras.

2.3 Levantamento bibliográficos sobre memórias de imigrantes no Brasil na perspectiva da história oral.

Como dito anteriormente, os usos e a aceitação da história oral como método de pesquisa foi, durante muito tempo, questionado, por oferecer algumas divergências no que diz respeito à chamada “versão oficial” do que foi dito e veiculado pelo conhecimento histórico. Mas quando há a possibilidade de se trabalhar a questão da imigração, seja para o Brasil, ou para qualquer outro lugar do mundo, existe um fator que pode entrar como modificador de algumas convicções, os relatos de experiências, os quais podem oferecer uma pluralidade de visões e versões, o que pode ser visto, de certa forma, na atualidade, como algo positivo. E essa subjetividade que passa a ser

valorizada aos poucos, segundo Thompson, citado por Méri Frotscher em seu artigo no livro *A voz do imigrante*, é que vai moldando o que vai ser relatado; o autor acredita que a história oral é a principal ferramenta para explorar a subjetividade dos relatos.

Na obra “A voz do imigrante”, algo que é percebido, além das discussões acerca dos processos migratórios, seja de espanhóis, italianos ou alemães para o Brasil em seus artigos, é o uso da história oral enquanto metodologia e a valorização das mais diversas experiências para a construção da obra. Bem como, há a valorização das subjetividades, da pluralidade de visões e de processos para além dos fluxos migratórios, abordando também, em alguns casos o retorno à sua terra natal, mostrando as dificuldades de reintegração às sociedades. Como diz Méri Frotscher em seu artigo:

“Pelo fato de entrevistar trabalhadores pouco tempo depois do retorno, logo ficou visível o desafio de trabalhar com fontes orais produzidas em meio à expressão de sentimentos e emoções motivadas por difíceis condições de vida no exterior ou pelas dificuldades enfrentados no retorno.” (Frotscher, 2018, 91)

Além do trabalho em questão, Geny Brillas Tomanik traz a possibilidade de “repertório autobiográfico de um exilado/imigrante espanhol de recuperar, não apenas suas memórias, experiências e sensibilidades pessoais, bem como o contexto social e político de acontecimentos históricos da sua época” (Tomanik, 2015, 116). Onde são trabalhados os acontecimentos contemporâneos aos analisados por esta monografia, que se discrimina entre 1936, com o início do conflito, nas palavras da autora, fraticida. Os fatos mostrados pela autora são reconstituídos através de um corpus documental pautado em diários, fotografias e cartas.

Gelise Ponce Martins é autora de um artigo que discute a imigração espanhola no Brasil através de um estudo de caso: a família Ponce, elegendo como fonte histórica a autobiografia de Braz Ponce Martins – Memória de um século de cafeicultores (2003). Os membros da família Ponce Martins vieram à cidade de Santos, provenientes de Granada, para que trabalhassem como Colonos em lavouras de café, como especifica Gelise Ponce Martins. Através do uso de entrevistas guiadas pela metodologia da História Oral, principalmente, com esposa e filhos do Braz Ponce, a autora confronta o que foi dito no livro, e que serve de norte para a sua pesquisa, com o depoimento dos seus entrevistados, além de analisar documentos, fotos e diários antigos. Segundo a autora, através das entrevistas pode ser vista a “convergência de relatos sobre um mesmo acontecimento ou período de tempo”. (Queiroz, 1991, apud Martins, 2011, 347)

Gelise Ponce Martins, de forma similar à Geny Tomanik, faz uma reconstituição do processo migratório, referente à família Ponce, que foi ao estado de São Paulo, mais especificamente ao Oeste Paulista para que trabalhassem em lavouras de café, “no período de imigração em massa que se estendeu de 1880 a 1930” (Martins, 2011, 348).

Para ilustrar o que foi dito sobre os processos migratórios, foi produzida um quadro contendo dados encontrados no artigo da Gelise Martins, que se referem às migrações estrangeiras como um todo e, em sua maioria, com destino à região sudeste do país – hegemonicamente o oeste paulista.

Quadro 1-

Fonte	Data de imigração	Nº de imigrantes	Atribuições no Brasil
Levy, 1974, apud Gelise Martins	1808- 1876	350.177	Agricultura (atividades policultoras)
Levy, 1974, apud Gelise Martins	1877-1930	3.797.611	Agricultura (majoritariamente nas fazendas de café)
Martins, 1989, apud Gelise Martins	1910- 1914	143.485	Agricultura (majoritariamente nas fazendas de café)
Levy, 1974, apud Gelise Martins	1931- 1963	1.106.404	Comércio (principalmente os imigrantes espanhóis que se dirigiam a <i>outras regiões</i> do país)

No artigo em questão, a autora faz uma relação entre a abolição do tráfico de escravos do fim do século XIX e o crescimento do contingente migratório desse mesmo período, falando também que os espanhóis acabavam por ter uma preferência por outros países na América do Sul, principalmente pela questão da linguagem. Segundo análise da Gelise Martins, respaldada por autores como Cláudio Aguiar, Elda Evangelina Gonzáles Martinez, dentre outras, a maioria dos espanhóis tinham preferência por países como Chile, Argentina e México, por haver “afinidade linguística”. Além de que, esse processo de saída das províncias espanholas, para as cidades brasileiras e latino americanas, se dava em razão da escassez de recursos que elas apresentavam, seja por causa de sucessivas crises na agricultura, como vivenciado pela província de Andaluzia, segundo a autora, uma das regiões mais afetadas pela fome, seja por causa da situação precária deixada pela sucessão de batalhas vivenciadas pela Europa como um todo na primeira metade do Século XX. E as famílias em questão, não foram, segundos relatos, agraciadas por subsídios ou qualquer tipo de auxílio do governo (seja o brasileiro, seja o

espanhol). E, conforme o que foi dito pela Gelise Ponce Martins em seu artigo, os espanhóis, diferentemente dos italianos, japoneses e outros imigrantes, passaram muito mais facilmente pelo processo de assimilação cultural.

Segundo a Cartilha do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicada no ano de 2007, o índice de imigrantes anterior a 1940 é predominantemente de pessoas dos países do leste Europeu e do Japão. Sendo assim, a ocorrência de imigrantes provenientes de países como Portugal, Espanha, Alemanha e Itália, são mais frequentes após esse período. E, falando especificamente dos imigrantes espanhóis no Brasil, o censo de 2000 mostra que a maior parte de tais indivíduos, que chegaram antes do ano de 1940 e estavam vivos no ano em que foi realizada a segunda pesquisa, se mantiveram, principalmente, na região sudeste. Mostrando dessa forma, que na década de 1940, Recife não era um destino tão atrativo para esses imigrantes.

“Quanto aos espanhóis que chegaram ao País antes de 1940, 241 (4,4%) municípios revelaram a sua existência. Além das capitais São Paulo (São Paulo), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro) e Salvador (Bahia), que constituíram os três grandes eixos da imigração espanhola, grande concentração foi observada num conjunto de municípios do Estado de São Paulo, tais como: Santo André, São Caetano do Sul, Sorocaba, São Bernardo do Campo, Osasco e São Jose do Rio Preto” (p.68).

Isso pode ser observado na tabela e no cartograma a seguir:

Tabela 1-

Tabela 27 - Proporção de naturalizados brasileiros e estrangeiros que estavam vivos no Censo Demográfico 2000, por período de chegada ao País, segundo os países pela ordem de chegada antes de 1940 - Brasil - 2000

Países pela ordem de chegada antes de 1940	Proporção de naturalizados brasileiros e estrangeiros que estavam vivos no Censo Demográfico 2000, por período de chegada ao País (%)	
	Antes de 1940	Após 1940
Rússia, Geórgia, Letônia, Lituânia, Usbequistão, Tajiquistão, Turcomenistão e Ucrânia	57,7	42,3
Romênia	50,7	49,3
Polônia	45,5	54,5
Japão	44,4	55,6
Iugoslávia, Bósnia Herzegovina, Croácia, Eslovênia e Macedônia	38,0	62,0
Hungria	29,3	70,7
Bulgária	29,3	70,7
Síria	24,6	75,4
Alemanha	24,2	75,8
Áustria	22,6	77,4
Turquia	22,2	77,8
Itália	15,2	84,8
Espanha	14,0	86,0
Austrália	12,6	87,4
Portugal	11,4	88,6

Fonte: Censo demográfico do IBGE do ano 2000.

Cartograma 8- Estrangeiros recenseados em 2000 e que chegaram ao Brasil antes de 1940- Brasil- 2000.

Figura 1-



Fonte: Censo demográfico do IBGE do ano 2000

III - TESTEMUNHOS DE IMIGRANTES ESPANHÓIS NO BRASIL SOBRE A GUERRA CIVIL ESPANHOLA E SOBRE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

3.1 A guerra Civil Espanhola e a Segunda guerra Mundial e o fluxo humano de refugiados.

Nos relatos orais dos sete depoentes – e seus silêncios – a Guerra Civil Espanhola guarda uma série de incógnitas, sobretudo, relacionadas à situação político-social da Espanha na época. Nos relatos da família Perez Rodriguez, são poucas as informações sobre a Guerra Civil. Do ponto de vista de alguns dos filhos e descendentes de Emílio Perez Rivera, patriarca da família, a guerra aparece tão somente ligada a problemas econômicos como a escassez de alimentos e a consequente falta de condições de sobrevivência que seria responsável pelo processo migratório da família em questão.

De acordo com Moisés Lopes, "a Guerra Civil de Espanha é um tema complexo que só é mais facilmente entendido com o conhecimento do conjunto de antecedentes que ocorreram no período imediatamente anterior ao conflito." (Lopes, 2017, 35). Para o autor, o aparecimento da guerra irá remontar à década de 1920, quando a Espanha contava com uma "economia fundamentalmente agrária e exportadora" (Lopes, 2017, 35) e, por ser assim, sofreu pouco as consequências da quebra da Bolsa de Nova York, que desaguou na crise de 1929 e na consequente necessidade de recuperação da economia do mundo ocidental. Na Espanha "o desemprego era baixo e o salário médio por dia de trabalho tinha aumentado significativamente nos primeiros anos da Segunda República" (Lopes, 2017, 35), causando e ampliando algumas das divisões político-ideológicas dentro do país, de um lado os defensores da forma de governo anterior, com a tentativa frustrada de um golpe pelas mãos do general monarquista Sanjurjo no ano de 1932. Sendo seguida de uma insurreição igualmente falha por parte da esquerda espanhola, simpática ao regime republicano, com a exceção de um dos distritos, Gijon, que ficou ocupado por aproximadamente 13 dias pelos operários da região, episódio conhecido como a *Comuna das Astúrias*.

Em meio a esse conturbado contexto político, no dia 17/07/1936, aconteceu o golpe militar liderado pelas forças franquistas, cujo objetivo, consoante com Ismara Izepe de Souza, era conquistar de forma rápida a cidade de Madri, não demorando mais que alguns meses. Mas, o levante em questão, que de acordo com Moises Lopes não foi inicialmente levado a sério, em decorrência de tentativas frustradas empreendidas

anteriormente, levou à deflagração da guerra que durou aproximadamente três anos, tendo um efeito contrário ao esperado pelas lideranças do movimento. Algo que teve consequência direta nas relações externas do país ibérico, tendo influências tanto nas relações econômicas, como nos fluxos migratórios de pessoas durante e após o conflito.

Quando analisa a questão da migração e do fluxo de espanhóis, seja para o Brasil ou para outros países ibero-americanos, Gelise Ponce Martins diz que o período conhecido como de “imigração em massa” foi entre os anos de 1880 e 1930, e que “entre os anos de 1930 e 1945 verifica-se uma queda acentuada na entrada de espanhóis no Brasil, devido à crise mundial, à guerra civil e à Segunda Guerra mundial” (Aguiar, 1991, apud Martins, 2011, 4). Após esse conturbado período, há uma retomada nesse impulso migratório, ao final da década de 1940, quando os ânimos e as comoções causados pelos conflitos tornaram-se relativamente mais tranquilos.

Esse é o momento de imigração da família Perez Rodriguez: os anos 40 do século XX. Segundo depoimentos, sua vinda para o Brasil foi decorrência, sobretudo, da escassez de recursos: “A Espanha ficou totalmente arrasada e isso foi uma das razões do meu pai querer vir embora, não tinha condições de viver, mas não tinham navios.” (José Luiz Perez Rodriguez, 79 anos), e também pelo fato de que praticamente toda a família do Emílio Perez Rivera, estava residindo na cidade do Recife.

“Quando terminou a revolução, ele queria vir pro Brasil porque o pai dele tava aqui, os irmãos tavam aqui, tio Farruco, tio Benito, tia Sara, todos os irmãos dele, tia Paulina, só tia Dolores que nasceu aqui, era brasileira e foi pra Espanha e nunca mais quis voltar pro Brasil, ao contrário dos outros que vieram para cá e nunca mais quiseram voltar pra Espanha.” (José Luiz Perez Rodriguez, 79 anos).

O posicionamento simpático do governo brasileiro, em sua aproximação ideológica com o governo do General Francisco Franco, pode ser considerado fator decisivo para boa recepção de imigrantes espanhóis no Brasil durante a briga entre republicanos e franquistas na Espanha: “diversas missões diplomáticas se dispuseram a dar asilo político.” (Souza, 2009, 74). O que, conforme Ismara Izepe de Souza, é uma postura um tanto inédita entre parceiros diplomáticos na época:

“A amplitude do asilo diplomático durante a contenda espanhola foi um ato, até então, sem precedentes na história das relações internacionais. O asilo territorial e diplomático não foi praticado por todas as representações estrangeiras na Espanha. Países como Estados Unidos e União Soviética, esse

último por razões óbvias, optaram por não conceder refúgio aos que se julgavam ameaçados.” (Souza, 2009, 74)²

Segundo a autora, a situação mexicana foi uma das mais curiosas: “cuja simpatia de seu governo à república não impediu que aproximadamente oitocentas pessoas se abrigassem em sua embaixada” (Souza, 2009, 75). Algo que não foi visto com o melhor dos olhos pelo governo republicano na Espanha pré-golpe, pelo fato de gerar algumas tensões diplomáticas entre o México e o governo que ainda estava oficialmente e diplomaticamente em curso na Espanha. Mas, nesse período iniciado com a década de 1930 e que se estende até o fim da Segunda Guerra Mundial, conforme dito anteriormente, houve uma diminuição no fluxo migratório, que passou a ser reestabelecido com o fim das turbulências políticas desse período. E, para além dos países latinos americanos que receberam um grande contingente de refugiados, a França recebeu muitos refugiados, também, por dividir fronteiras com a Espanha, como o caso que é relatado por Geny Tomanik, quando fala de Pedro Brillas, um antigo combatente que se refugiou em território gaulês. Vale lembrar que, de acordo com Moisés Lopes, algo que chama atenção, para além da saída de pessoas do país, é a entrada de estrangeiros com o intuito de participar do conflito – formando as Brigadas Internacionais compostas por voluntários estrangeiros que lutavam em apoio aos republicanos.

3.2 O Processo Migratório espanhol e a política externa do Brasil.

Para que seja compreendido o processo migratório que esse trabalho se propõe a estudar, é de suma importância que análises acerca das relações entre o Brasil e a Espanha sejam feitas, e é isso que esse capítulo irá, também, discutir. É relevante ter em mente que a Espanha, segundo Izmara Izepe de Souza, nesse momento é o segundo maior investidor no Brasil, perdendo apenas para os EUA. Essas relações de

² Quanto aos EUA, Tun Burns (UFMG), em artigo intitulado ERNEST HEMINGWAY E A GUERRA CIVIL ESPANHOLA, dirá que: “A política externa dos Estados Unidos na década de 1930, diferentemente daquela praticada durante meio século depois da Segunda Guerra Mundial, foi decididamente não intervencionista. O espírito predominante entre o público era o de isolamento, em parte em virtude da Grande Depressão, quando todos os países se esforçavam por salvar a si mesmos a qualquer preço, ainda que à custa de outros países, e parcialmente pela aversão que a experiência da Primeira Guerra Mundial provocou neles. Diversos historiadores “revisionistas” e debatedores da década de 1930 atribuíram aos banqueiros, aos empresários que lucravam com a guerra, aos fabricantes de armas e à fraca liderança dos líderes mundiais a responsabilidade pela guerra. Além disso, a literatura criativa que descreveu aquela guerra, como as obras ficcionais de Ernest Hemingway, de John Dos Passos, de Lawrence Stallings e de William March, entre os mais notórios exemplos americanos, representou a guerra como um terrível equívoco”. In https://www.researchgate.net/publication/287731018_Ernest_Hemingway_e_a_Guerra_Civil_Espanhola/download Acessado em 29/06/2019.

cordialidade entre os dois países resultaram, conforme a autora, em uma elevação de todas as representações brasileiras no governo espanhol a Embaixadas. Os principais consulados e representantes da política brasileira na Espanha estavam em Madri, Barcelona e Vigo. Este último município se mostra bastante importante para esse trabalho, já que a família estudada sai de Vigo para Recife.

Graças a esse processo e ao fato de se tornar um importante parceiro, do ponto de vista exportador, a Espanha passou a ser um alvo privilegiado para a nossa política externa. Mas algumas coisas, segundo a autora em questão, devem ser questionadas, como, por exemplo, a falta dos estudos, dentro da historiografia brasileira, sobre as relações Hispano-brasileiras, principalmente porque desde o fim do século XIX, existem migrações mais intensas e significativas.

“Seja no século XIX ou XX, a imigração de hispânicos para o Brasil manteve-se como uma das prioridades eleitas pelo Itamaraty na agenda da política externa para a Espanha. Nenhum desses trabalhos, no entanto, teve como objeto principal de análise a política externa brasileira com relação à imigração espanhola.” (Souza, 2009, 12).

Algo curioso acerca das relações exteriores dos países em questão é que, durante o processo de destituição da família real espanhola, cujo monarca era D. Afonso XIII, o país ibérico passou a ser governado por uma república de cunho socialista, entre os anos de 1931 e 1933, que não era visto com muita simpatia pelo governo brasileiro, já que o presidente Getúlio Vargas, usava de boa parte da sua mídia e propaganda para se posicionar contra governos e ideias com esse caráter. Mas, apesar de tudo, a república recém-instaurada, era um governo diplomaticamente reconhecido pelo Brasil, a pedidos do, até então, primeiro ministro espanhol, Alejandro Lerroux; apesar da futura incoerência, por parte do governo brasileiro em apoiar ideologicamente os revoltosos liderados por Francisco Franco, mostrando um duplo posicionamento por parte do mesmo.

Uma das principais divergências entre os dois governos, durante esse biênio (1931-1933), foram as reformas sociais e econômicas sugeridas pela república espanhola, que resultavam em uma série de relatórios, por parte da diplomacia brasileira, que se mostraram contrários a essas atividades, o que mostra uma certa constância no que diz respeito à posição brasileira nesse sentido. Apesar disso, economicamente falando, era interessante ao Brasil manter relações de cordialidade com o governo espanhol.

“A Espanha apresentava-se como um país com o qual o Brasil compartilhava interesses de ordem econômica, sendo as exportações de produtos primários muito maiores do que as importações recebidas desse país.” (Souza, 2009, 34).

Além de que a chamada Revolução de 1930, que rendeu a Getúlio Vargas o poder do executivo, foi considerada pela autora como uma redefinição política, em concordância com Gerson Moura, o que acabou gerando, nas palavras deles, uma *equidistância pragmática*, o que, em linhas gerais significa que o Brasil não se alinhou diretamente a nenhum dos sistemas de poder, o que pode ter sido extremamente positivo para o Brasil, diplomaticamente falando, já que isso acabou trazendo uma margem de autonomia e, tecnicamente, não criou antipatia nem mal estar com nenhum país tido como “importante para a época”.

Talvez, o fato de o Brasil ter demonstrado apoio às duas causas distintas ao mesmo tempo, no que diz respeito à Guerra Civil travada entre 1936- 1939, tenha feito com que o governo espanhol não se colocasse contra o governo nem contra as embaixadas e consulados brasileiros no perímetro territorial espanhol; visto que, diplomaticamente, o governo Brasileiro reconhecia o governo republicano embora, ideologicamente, se aproximasse dos ideais defendidos pelo general Francisco Franco e seus revoltosos, como dito anteriormente.

A década de 1930 acaba sendo um pouco caótica no que diz respeito às relações Brasil-Espanha, devido a algumas mensagens veiculadas na mídia espanhola que acabaram desagradando, principalmente, os representantes diplomáticos do governo brasileiro na Espanha, principalmente porque não havia nenhum esforço em reprimir ou censurar certos conteúdos. Por exemplo, o que era dito acerca das “liberdades sexuais facilitadas no Brasil”. Segundo Guimarães Filho, a veiculação de certas mensagens e imagens do país lusófono era fruto de artimanha e intriga do embaixador chileno Ricardo Baezza, que carregava, conforma Ismara Izepe de Souza, um discurso um tanto racista, ao ver a mestiçagem como um ponto negativo. Nesse sentido, não podemos esquecer o lançamento do livro *Casa-grande e Senzala*, em 1933, pelo sociólogo e antropólogo Gilberto Freyre. A obra em questão proporcionou à sociedade brasileira uma visão diferenciada dessa ideia de mestiçagem, já que ele afirmava e reafirmava que essa mestiçagem era responsável pela diminuição da quantidade de ocorrências de injúrias raciais e possibilitava uma confraternização e mútuo reconhecimento entre as raças, fenômeno que Freyre chamou de Democracia Racial.

No ano de 1934, houve um processo eleitoral no país Ibérico que deu poder à direita espanhola e, conseqüentemente, reestabeleceu alguns pontos que foram agradáveis ao Brasil, mostrando assim, como a elite política brasileira era simpática às ideias conservadoras e autoritárias. Vide a antipatia com Luís Carlos Prestes e o estado de sítio criado no Brasil em 1936, que deu abertura para a formação do governo ditatorial do Estado Novo. Essa segunda república tem a preocupação de manter uma relação amistosa entre os países hispano-americanos (principalmente México e Argentina), países que tinham um grande contingente de imigrantes espanhóis. Sendo assim, a Espanha eleva sua representação no Rio de Janeiro - do Consulado à Embaixada, e envia, em 1934, um ofício ao Ministério das Relações Exteriores Brasil, informando as “novas regras e diretrizes a serem cumpridas pelo quadro diplomático e consular da Espanha em outros países.” (Souza, 2009: 39)

A atuação de Vargas, em reprimir o comunismo, foi algo visto com muita positividade pelo governo Espanhol (de algumas partes da sociedade também), principalmente pelos setores mais conservadores. Mas, quando falamos da esquerda espanhola, o quadro muda; o exemplo disso são os ataques (muito mais intensos) na imprensa da capital espanhola acerca das políticas brasileiras.

A prisão de Prestes em 1935, por exemplo, foi algo que gerou muita revolta entre os estudantes e trabalhadores espanhóis, por ele ser um político extremamente referenciado e benquisto. E o movimento, liderado por ele em 1935, a chamada Intentona Comunista, foi algo que despertou bastante entusiasmo dentre os chamados “subversivos espanhóis”. A revolta gerada pela prisão do líder político simpático à esquerda, fez com que o embaixador brasileiro solicitasse à república espanhola um reforço de segurança à embaixada, o que foi prontamente atendido pelo governo republicano. Luís Carlos Prestes tinha ganhado tanta força dentro da esquerda espanhola, que sua mãe e irmã (Leocádia e Lygia Prestes), causaram um burburinho imenso dentro do cenário político espanhol, proporcionando um grande incômodo às representações administrativas brasileiras na Espanha. Mas, anteriormente a esses acontecimentos, ainda no ano de 1931, os laços de solidariedade entre os comunistas brasileiros e espanhóis acabavam por gerar um incômodo ao governo varguista, o que o fez levantar alguns questionamentos.

Em 1934, houve uma solicitação por parte das forças armadas espanholas (principalmente a aeronáutica) para que fosse feita no Brasil uma expedição científica

na região norte do Brasil, mais especificamente, na Amazônia. A justificativa da expedição científica era a descoberta de um material bélico. Entretanto, por considerar que a expedição científica era desnecessária, o governo brasileiro suspeitou que esse armamento fosse destinado aos “grupos subversivos” da Intentona Comunista. A utilidade dessa descoberta e o destino para tais materiais bélicos nunca foram confirmados, o que, segundo Ismara Izepe, contribuiu para que a expedição caísse em fracasso. Depois disso, o receio de se criar um mal-estar com o governo de Vargas foi algo extremamente forte, o que acabou por ditar certas condutas do governo espanhol. E esse foi um dos acontecimentos que mostrou que as relações entre os dois países não eram tão amistosas quanto se pensava, e pode ter gerado um certo receio entre ambos.

Outro ponto importante a ser comentado na questão das relações políticas entre Brasil e Espanha foi a carta que, segundo Ismara, foi emitida pelo primeiro ministro do país ibérico dessa época extremamente conturbada, Largo Caballero, assinada por vários parlamentares, endereçada ao, até então, presidente Getúlio Vargas, solicitando a libertação do, nas palavras da autora, “Cavaleiro da Esperança” (alcunha de Luís Carlos Prestes). O que poderia ter sido interpretado, pelo mesmo, como uma violação à soberania brasileira, já que a questão era tida como da alçada da política interna nacional; fato que teve uma ampla repercussão na imprensa brasileira e internacional. Gesto que foi, inclusive, questionado pelo parlamentar Martínez Barrio, deixando clara a sua posição de discordância. Detalhe que essa discordância era algo corriqueiro nessa época da república espanhola, fato interpretado por Ismara Izepe de Souza como uma das causas que levaram à derrota do grupo Republicano, já que a falta de coesão dentre membros de um movimento é um ponto que enfraquece qualquer organização.

“Os desentendimentos entre eles e a falta de coesão entre eles são interpretados por muitos historiadores como um dos fatores que levaram os republicanos à derrota na Guerra Civil” (Souza, 2009, 50).

Ao início do que viria a ser o conflito que teve três anos de duração, as relações entre Brasil e Espanha não estavam tão sensíveis, apesar das instabilidades geradas por algumas coisas que aconteceram anteriormente, de forma que, segundo a autora, as relações entre os dois países (surpreendentemente) seguiram um curso dentro da normalidade. E, apesar de arquitetarem um levante militar franquista, o que foi o estopim para que houvesse o conflito bélico, a intenção não era essa. Segundo o que diz Herbert Matthew, “a ideia dos militares era organizar um pronunciamento, não iniciar um conflito de duração indeterminada” (Apud SOUZA, 2009, 51); mas não puderam

evitar os acontecimentos posteriores, já que alguns grupos políticos foram contrários aos acontecimentos, o que acabou gerando, aos poucos, conflitos e guerrilhas, resultando em três anos de Guerra Civil. Um problema acabou se criando, pois, apesar de não ter havido muitas mudanças entre as relações exteriores dos dois países em questão, o governo varguista não via sentido em se posicionar a favor do governo legalmente constituído da Espanha, o que acabou levando o ministro das Relações Exteriores do Brasil a exercer uma certa pressão sobre o presidente para que houvesse um posicionamento oficial por parte do Palácio do Cadete, em simpatia aos revoltosos, no caso, o grupo liderado por Francisco Franco (que encabeçou o governo espanhol até 1975).

Ainda sobre o conflito, algumas informações passadas por parte da imprensa brasileira eram um tanto simplistas e maniqueístas, algo que dava à opinião pública uma noção um tanto rasa dos fatos, como se fosse apenas uma luta de ideologias antagônicas, às vezes não dando a real complexidade da situação enfrentada pelo país. Nota-se que o governo e algumas camadas da sociedade brasileira simpatizavam muito mais com os ideais que Franco e seus rebeldes representavam. Os departamentos responsáveis pela veiculação de notícias e informações criaram um cinturão de silêncio para que referências à União Soviética ou ao comunismo não pudessem ser veiculadas. O que pode ter sido radicalizado pela tentativa de Prestes de instituir, através da Intentona Comunista, um governo socialista no Brasil, levando o governo a se aproximar sutilmente do Integralismo, que se mostrava simpático aos governos totalitários que ascenderam no continente europeu no século XX.

Após o conflito e à posterior consolidação do governo franquista, no ano de 1939, as relações hispano-brasileiras entraram em uma fase de aproximação, visto que o que era defendido pelo governo brasileiro, “o anticomunismo professado pelos diplomatas brasileiros e suas opiniões acerca da República espanhola, podiam, nesse contexto, ser expressos abertamente” (Souza, 2009, 121), sem precisar medir palavras e argumentos com o risco de entrar em contradição, apoiando dubiamente, duas situações opostas, como visto anteriormente, no caso em que o governo brasileiro se pôs em apoio da causa nacionalista, ao mesmo tempo em que reconhecia diplomaticamente a república espanhola.

Além do que, é importante perceber que o perfil de governo totalitário, nacionalista e que fazia uso da educação enquanto instrumento para veicular

propagandas do governo era comum não só entre Vargas e Franco, como também às outras ditaduras europeias.

“A simpatia mútua entre o Brasil e a Espanha se fazia respaldada principalmente na aversão ao comunismo e na defesa da necessidade de um regime autoritário. O nacionalismo e a utilização da educação como um instrumento de propaganda de governo, também podem ser considerados traços comuns entre os países.” (Souza, 2009, 126)

3.3 Família Perez Rodriguez e sua chegada no Brasil.

A família Perez Rodriguez chegou ao Recife, proveniente da cidade de Vigo, na região da Galícia, entre os anos de 1946 e 1947, segundo consta nos passaportes de Emílio Perez Rivera, Paulina Rosário Perez Rivera e Maria de La Paz y Javiera Rodriguez Zorrilla (Pacita), emitidos pelo consulado brasileiro em Vigo. Os dois primeiros chegaram ao Recife com o intuito de se reunirem com a família já assentada na cidade, desde o início do século, enquanto Pacita e filhos chegaram para se encontrar com o patriarca da família.

“Veja, meu avô, ele veio para cá, eu não sei bem o ano. Ele teve filhos aqui, teve filhos lá na Espanha. Ele ficou sediado em Caxangá, naquela casa lá de cima, aquele casarão que hoje é de Joaquim, ele alugou aquilo para a família Amazonas e ele arrendou todas aquelas terras, todas aquelas baixadas de capim que vão até Camaragibe. Aí só tinha ele de um lado e o Ambolê que era da família Carneiro da Cunha, do outro lado da pista que vai para Camaragibe. E meu pai veio também, para o Brasil, quando era menino, né? Só que um pouco antes de estourar a guerra civil espanhola, meu pai foi visitar a Espanha, seu avô foi visitar a Espanha.” (José Luiz Perez Rodriguez, 79 anos).

Dessa forma, uma das principais motivações para a vinda da família, especificamente para o Recife, é o fato de que os familiares do Emílio Rivera residiam na cidade a certo tempo, de modo que já estavam estabilizados na mesma. De acordo com os relatos, quando veio à cidade, já tinha o intuito de se associar ao irmão, Ricardo Jesus Perez Rivera, em um negócio local, como mostra a imagem seguinte à citação.

“Ele [Emílio] veio embora, mas veio só, porque ele vinha para se estabelecer, tem o registro dele dizendo que ele vinha (o registro da imigração, né?) para trabalhar como comerciante com tio Jesus, que tinha um bar lá em Caxangá. O meu pai veio para ser sócio dele nesse bar e criar condições de trazer o resto da família” (José Luiz Perez Rodriguez, 79 anos).

Figura 2-

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO

59691

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue a Polícia Marítima e à Imigração no porto de destino

Nome por extenso EMÍLIO PEREZ RIVERA
Admitido em território nacional em caráter Permanente
(temporário ou permanente)
Nos termos do art. 9º letra g do dec. n. 7.967, de 1945
Lugar e data de nascimento Cortegada, 27 / 10 / 1903
Nacionalidade espanhola Estado civil casado
Filiação (nome do Pai e da Mãe) Joaquim Perez e Slandina Rivera Profissão empregado do comércio
Residência no país de origem Vigo-Pontevedra-Espanha
NOME IDADE SEXO

Segue para junto de seu irmão o Senhor Ricardo Jesus Perez Rivera, espanhol, comerciante, proprietario na cidade de Recife.

FILHOS MENORES DE 18 ANOS

Passaporte n. 151/47 expedido pelas autoridades de Governador Civil de Pontevedra, na data 20/1/1947.
visado sob n. 71.

ASSINATURA DO PORTADOR:
Emilio Perez

Consulado Vigo do Brasil
em Vigo
20 de Janeiro de 19 47
O CÔNSUL
J. Per

NOTA—Esta ficha deve ser preenchida e assinada pelo interessado, sendo as duas vias entregues.

(Passaporte de Emílio Perez Rivera, contendo informações sobre as atividades que serão realizadas no Brasil. Fonte: Acervo da Família.)

Quando a situação se estabilizou, principalmente financeiramente, Maria de La Paz, juntou todos os seus seis filhos e veio reunir-se ao cônjuge. Consoante aos relatos, pouco mais de um ano depois essa reunião aconteceu, pois foi quando aquele mesmo navio em que Emílio embarcou, estava de volta ao porto de Vigo para receber mais passageiros e imigrantes.

“Um ano depois o mesmo navio chegou lá e a gente veio tudinho, minha mãe com seis filhos, a mais velha Paulinha, com 10, depois eu com 8 e Perfeito, o mais novinho, com 1 ano, a gente veio no porão, porque não tínhamos dinheiro pra ir nas classes superiores.” (José Luiz Perez Rodriguez, 79 anos).

Segundo foi observado, pouco do que se tinha quando estavam na cidade de Vigo foi mantido e passado para as gerações seguintes. A culinária foi uma delas: ainda hoje é cultivada em reuniões da família e alguns costumes quanto ao portar-se à mesa. No geral, eles foram facilmente assimilados culturalmente, perdendo o costume do idioma espanhol, por exemplo. E essa diferença linguística inicialmente causou certo incômodo, sobretudo, entre as crianças, segundo consta nos relatos.

IV – O PRINCIPAL MOTIVO DAS MEMÓRIAS É RECORDAR.

4.1 O Lugar dos conflitos na elaboração das memórias.

Quando os conflitos, que assolaram os territórios espanhóis e europeus como um todo, causaram recessão, apesar de haver majoritariamente relações amigáveis com os países latino americanos, as migrações voltaram a crescer. No final da década de 1940 e início da década de 1950, a família em questão começou seu processo migratório. No ano de 1947 teve início sua viagem, chegando a se estabelecer em Recife, de fato, em 1948. Dentre os fatores determinantes para que Emílio Perez Rivera e seus familiares viessem ao Brasil, para não mais voltar à cidade de nascença, estão os conflitos do século XX que trouxeram, de forma arrasadora, mudanças políticas, econômicas e sociais, além da questão climática e por haver, também, uma parte da família do Emílio Rivera na cidade. Essa mudança representou, para a família como um todo, um grande marco, já que a parte materna da família estava muito engajada no processo do conflito.

“Meu pai começou a namorar a minha mãe e o sogro dele era *o chefe da falange nas aldeias, ele era o comandante Perfeito*. E meu pai foi pra guerra, mas nesse tempo ele namorou mamãe, casou e mesmo assim ele foi pra guerra, mas voltou ferido na perna, uma bala de canhão derrubou um muro e o muro caiu em cima dele e aí ele saiu da falange. Mas aí começou a vida na aldeia. Quando terminou *a revolução*, ele queria vir pro Brasil porque o pai dele tava aqui, os irmãos tavam aqui, tio Farruco, tio Benito, tia Sara, todos os irmãos dele, tia Paulina, só tia Dolores que nasceu aqui, era brasileira e foi pra Espanha e nunca mais quis voltar pro Brasil, ao contrário dos outros que vieram para cá e nunca mais quiseram voltar pra Espanha. E aí quando terminou a guerra civil espanhola e depois estourou a guerra mundial, a segunda guerra. E aí também não tinha navio de passageiros, sumiram do mapa porque os submarinos alemães afundavam todos. Naquele tempo não tinha avião, essa travessia do Atlântico tinha que ser de navio e pronto. Houve a guerra, a Espanha não aderiu à guerra. Embora Hitler tivesse ajudado Franco na luta dele contra os republicanos contra o fascismo, porque quem era o trio fascista naquela época, era Hitler, Mussolini na Itália e Franco na Espanha.” (José Luiz Perez Rodriguez, 79 anos)

As falanges eram organizações políticas simpáticas ao regime fascista que estiveram, de forma mais ativa, presentes na guerra civil espanhola; eles representavam os rebeldes e os movimentos contrários ao governo republicano e atraíam com mais facilidade, monarquistas contrários ao governo republicano, proprietários rurais, e pessoas ligadas ao catolicismo, já que a doutrina religiosa não aceitava de forma alguma governos simpáticos à esquerda, nem o comunismo. Sendo assim, a participação do

patriarca da família, seja por influência do sogro ou não, foi ao lado dos apoiadores de Francisco Franco.

“A revolução é contra a república que tinha destituído o rei, então os republicanos que eram de esquerda, eram partidos socialistas de esquerda. A igreja católica era muito forte lá nessa época, tinha um poder muito grande e dizia que eles eram comunistas né. A Igreja não admitia comunismo, então a igreja comandou, participou e incentivou muito esta revolução, contra o regime implantado com a destituição do rei, da monarquia.” (José Luiz Perez Rodriguez, 79 anos).

Impedidos de vir ao Brasil, em decorrência do conflito mundial que oferecia um perigo aos que tentassem atravessar o Atlântico, apesar da vontade latente, a vida em família teve início na Espanha, após a contusão do Emílio Rivera e sua posterior saída da Falange, de acordo com o relato do José Luiz, segundo filho do casal. Unido em matrimônio com Maria de la Paz Rodriguez Zorrilla (Pacita) no dia 7 de outubro de 1937, e no ano seguinte tendo sua primeira filha, Paulina, figura cuja importância, para os mais novos, se assemelha à da mãe, na época da viagem tinha seus 10 anos de idade e, na ausência de condições físicas de Pacita, cuidou de todos durante a viagem.

“Eu tive uma conjuntivite que fiquei praticamente cego, aí Paulina foi cuidando sozinha desses meninos todos, e Lola era o cão chupando manga, que hoje é tão calma e tão tranquila deu tanto trabalho, que o comandante do navio amarrou ela (risos) e Lola solta na buraqueira, de repente tava lá na casa de máquinas, na proa do navio, na varanda olhando pro mar, não sei como não morreu.” (José Luiz Perez Rodriguez, 79 anos)

E levando em consideração as dificuldades deixadas pelo ambiente da guerra, corroborou para a posterior decisão de imigração. É uma questão bastante importante e curiosa a se considerar é a falta de relatos referente ao período da Guerra Civil por parte de Emílio Perez Rivera, o que acabou gerando por um tempo uma certa curiosidade por parte dos descendentes, já que a guerra foi uma das principais causas para dar início ao processo migratório.

“Olhe eu não sei se foi a Civil ou se foi a outra que meu pai foi convocado né? Ele contava que se escondeu dentro de uma catacumba, era só isso que ele contou e depois passaram fome, passaram muita fome, foi por isso que meu pai veio embora pro Brasil. Ele se escondeu lá dentro pra não morrer. Agora sei que passaram muita fome e depois ele mandou buscar mamãe. Ele só contava isso, que foi muito ruim, muita fome que passava.” (Maria Helena Perez Rodriguez de Farias, 66 anos)

A dinâmica familiar na época era um fator um tanto curioso no que diz respeito à criação dos filhos, segundo o que foi relatado por integrantes da mesma, enquanto residiam na cidade de Vigo, quando um filho nascia, o anterior a ele era provisoriamente criado por algum parente que morava nas proximidades da família

nuclear. Não há a certeza de que as dificuldades financeiras causadas pela Guerra Civil, ocasionaram esse costume, mas o que se sabe é que logo antes de acontecer a viagem todos os filhos foram reunidos, mesmo que a contragosto de alguns, para que eles pudessem todos vir juntos ao Brasil.

“Lá na Espanha tinha essa coisa, mamãe tinha um filho e imediatamente engravidava de outro, era todo ano um. E o que ela fazia, quando nascia o próximo, ela entregava o anterior para alguém cuidar provisoriamente. Pra depois quando saísse do resguardo e quando tivesse condições trazer de volta. Entre mim e Paulina houve um aborto, eu seria o terceiro, por isso que temos dois anos de diferença. Então quando eu nasci Paulina foi pra casa de tia Dolores, aí depois ela quis de volta e aí Dolores se apegou a menina e não queria mais devolver. Aí quando nasceu Blandina me deram pro padre, o irmão dela que é padre, tio Manolo, aí foi onde eu me criei porque eu só saí de lá, quando vieram pro Brasil, eu já tava com 8 anos e não queria que me trouxessem, de jeito nenhum. Mas aí mamãe disse: ‘eu não deixo nenhum pra traz.’ Saiu tirando todos da família onde estavam e trouxe tudinho.” (José Luiz Perez Rodriguez, 79 anos).

Ou conforme o que foi dito por Blandina Perez Ramos:

“O que eu me lembro é que eu fui criada por meu avô, o pai da minha mãe, papa Perfeito. Foi o melhor, eu acho, tempo da minha vida, quando fui criada por meu avô, que ele me mimava demais, eu era a única então era muito manhosa, porque ele dava muito carinho sempre me deu. Quando disseram que que vinham pra cá, eu disse que não vinha, eu não queria vir, eu vim enganada (risos). Sim, começou mamãe fazendo as malas e eu dizendo: ‘Não façam pra mim que eu não vou’. Eu era pequena, mas era afoita. Então fomos levar o pessoal no navio, meu avô foi e eu estava certa de que voltava com ele, ele me enganou. Foi... Ele chegou lá no camarote, ele ficou lá, de repente, ele saiu e eu não vi ele sair, eu não gosto nem de me lembrar (choro). Sei que vim enganada, quando procurei o navio, já estava em alto mar e meu avô não estava nele.” (Blandina Perez Ramos, 78 anos).

E um ponto importante, para além das questões das dificuldades financeiras do período de guerras, é a escassez, de produtos básicos para a sobrevivência, alimentos, dentre outros, o que corroborou para esse ímpeto de realizar “a saga Perez Rodriguez Zorilla.” (José Luiz Perez Rodriguez, 79 anos)

“E aí ele, depois da guerra, da segunda guerra mundial, a situação lá na Espanha e também teve a guerra civil da Espanha, então a situação lá ficou difícil. Mesmo que você tivesse dinheiro, você não tinha o que comprar lá. Não era? Não foi assim? E aí, como meu pai tinha vivido assim e tinha uns quatro irmãos, aí ele veio embora, nós ficamos lá, depois que passou um ano mais ou menos, aí ele chamou a gente pra vir pra cá.” (Dolores Perez Rodriguez Pimenta, 77 anos).

Como também está presente no relato de José Luiz:

“A gente vivia do que produzia, não tinha como ganhar dinheiro, não tinha emprego, não tinha nada disso e durante a segunda guerra não tinha nem produtos pra comprar, mesmo quando conseguia dinheiro não tinha pra comprar, tanto que meu tio padre, se aproveitava de ser padre, tinha uma Harley Davidson possante, ele era um ‘padre boy’.” (José Luiz Perez Rodriguez, 79 anos).

4.2 O Brasil como campo de batalha.

Entre os sentimentos de resistência com relação à viagem, para a maioria dos viajantes, havia também uma sensação de desconhecido. A começar pela nova realidade que eles iriam enfrentar, já que, apesar de morarem com certa proximidade uns dos outros, não compartilhavam o mesmo espaço. Isso viria a acontecer quando chegassem ao Brasil. Além de que, a viagem, por ter sido muito longa, acabou sendo um processo um tanto cansativo.

“Um ano depois o mesmo navio chegou lá e a gente veio tudinho, minha mãe com seis filhos, a mais velha Paulinha com 10 depois eu com 8 e Perfeito o mais novinho com 1 ano, a gente veio no porão, porque não tínhamos dinheiro pra ir nas classes superiores. Minha mãe desde a hora que entrou no navio até a hora que saiu não conseguiu se levantar da cama, enjoando e vomitando, a viagem durou 19 dias, faltou água potável, pense numa coisa ruim típica organização brasileira né? (risos).” (José Luiz Perez Rodriguez, 79 anos)

Esse processo de adaptação contou com a própria novidade de vida familiar conjunta, a dinâmica das separações e reuniões, com o aprendizado de um novo idioma, e com o se habituar a alimentos novos e que nunca antes foram vistos.

“A comida do navio era muito ruim. A gente morrendo de fome. Quando chegamos aqui, tio Farruco foi buscar a gente no porto, estávamos muito cansados, então ele trouxe a gente pra casa dele e voltou com papai e mamãe, pra pegar a bagagem né, desenrolar a bagagem na alfandega, a gente trouxe tudo em baú. Quando chegamos na casa de tio Farruco, tinha balaio de manga, balaio de abacaxi, abacaxi a gente mal tinha visto. A gente as vezes via uma banana, frutas locais né, mas essas a gente não conhecia não. E aí, com a fome que a gente estava, a gente caiu em cima das mangas e do abacaxi, a gente não sabia nunca tinha visto né, aí ficou todo mundo com a boca cortada, a boca estourada.” (José Luiz Perez Rodriguez, 79 anos)

Algo que chamou bastante atenção nesse tempo em que as crianças passaram pela adaptação, foi a rápida ida à escola. Segundo os relatos, logo após a chegada da família ao Brasil, eles foram todos matriculados na “Escolinha da Dona Lauricéia” para dar continuidade aos estudos. E, apesar de passarem por muitas dificuldades financeiras, poucos não foram estudar nas escolas particulares da época, sempre sendo uma das maiores prioridades da Pacita.

“Tudo veio tudo na hora certa, assim naquela época achava ruim porque era pobre, hoje tenho saudade da pobreza, a gente era feliz e não sabia, entendeu? A gente era feliz e não sabia. E, apesar disso, mamãe nos colocou na melhor escolinha de Caxangá, ela se sacrificava muito para pagar o estudo da gente. Eu nunca estudei em

colégio do estado, ela fazia questão de pagar. Ela quase não sabia ler e escrevia muito pouco, mas tinha uma cabeça como poucos.” (Blandina Perez Ramos 78 anos)

Consoante ao relato de José Luiz:

“Primeiro que ela, mesmo sem ter condições, sem ter dinheiro nem nada, ela botou todo mundo na escola logo, foi outro choque, porque a gente chegou aqui em Janeiro, dia 18, 19 de Janeiro, em Fevereiro já foi pra Escola. A gente falando galego, atrapalhado que só, bullying da bexiga na escola, que a gente chegou e um mês já tava na escola, não falávamos português, era portunhol, o galego era muito parecido com português, é um português errado né, um português, troncho.” (José Luiz Perez Rodriguez, 79 anos)

As figuras materna e paterna sempre foram fatores determinantes para que fosse formada uma identidade da família. E, no que diz respeito à captação de renda, a centralização na figura materna passa a ser ainda maior; os relatos dos filhos sempre a colocam como uma pessoa que, apesar do pouco estudo, tinha uma visão empreendedora muito forte e apurada.

“Ela quase não sabia ler e escrevia muito pouco, mas tinha uma cabeça como poucos. Ela nunca perdeu o sotaque, a gente não manteve o idioma, em parte ela tem culpa porque quando a gente veio qual era o dela dentro de casa era para ela continuar falando espanhol, ela não teve essa inteligência então e a gente perdeu. Como ela veio adulta, nunca perdeu.” (Blandina Perez Ramos 78 anos)

E, no que diz respeito ao pai, apesar de ter um temperamento forte, ele sempre foi mais associado a uma figura de amizade e, segundo relatos, era mais desprezado no que diz respeito ao dinheiro, sendo um contraponto ao que era visto e percebido de sua esposa; sempre tido como um “bonachão”, como um amigo, procurando sempre ajudar os vizinhos, colegas e funcionários.

“Meu pai era temperamental. Meu pai era uma pessoa muito boa né, tanto que educou muito mal o caçula (risos) chegou a apagar as notas dele pra mãe não ver que ele tirou notas ruins. Mas no bar, de vez em quando tinha uma briga lá dos bêbados e ele se metia no meio, ele era forte né, era robusto, alto e forte.” (José Luiz Perez Rodriguez, 79 anos)

Em consonância com o relato de Blandina:

“Meu Deus, meu pai – olha, eu sou suspeita, porque meu pai era tudo pra mim, sei lá, era a pessoa mais maravilhosa do mundo que eu conheci. Pronto, era meu pai. Não posso falar do meu pai, se você tivesse conhecido iria sentir a mesma coisa.” (Blandina Perez Ramos, 78 anos)

O que se repete na narrativa de Maria Helena:

“Papai era uma pessoa tão boa, tão boa, que não prestava. Ele era bom pra todo mundo, ele teve uma sociedade com o irmão, pra ele tanto faz se era dividido se não era. Era um Perfeito da vida, tu conhecestes Perfeito? Ele era um Perfeito da vida. Ele era bom pra todo mundo, principalmente pra esse daqui (se referindo a Emilio). Que ele chegava com nota vermelha e ele colocava azul pra mamãe não ver, quem batia na gente era mamãe, né? Mamãe foi sempre a dona da casa. Quando Milucho nasceu, papai já era doente, né? Não. Ele não tinha perdido a vista, nem a perna. Eu me lembro que eu era pequena, papai perdeu o olho esquerdo e, depois, ainda eu pequena, ele perdeu a perna.” (Maria Helena Perez Rodriguez de Farias, 66 anos)

Do ponto de vista da parte da família que se manteve em território espanhol, havia uma visão um tanto negativa do Brasil, tendo em vista a quantidade de membros que se deslocavam para o território sul americano e retornavam apenas para passeio e para se manter por lá um curto período de tempo.

“Teve uma irmã dela que gostava tanto, tanto, do Brasil, ao contrário, tinha ódio do Brasil. Sabe como ela chamava o Brasil? Agujero negro... todos que vinham não voltavam. Ela tinha uma raiva da Brasil danada, porque toda família dela vinha pro Brasil e ficava.” (Manoel Rodriguez Alvarez, 73 anos)

4.3- As estratégias e pactos para a construção de um legado.

Quando houve a proposição para a realização da viagem de imigração já citada, algumas das crianças mostraram uma certa resistência, que não foi atendida pelos pais, sendo todos trazidos, até mesmo pela preocupação de educar e se manter presente no processo educativo das crianças, algo visto como uma prioridade, principalmente por Pacita. Além de que, havia uma vontade de manter todos juntos, para que houvesse um fortalecimento da ideia de família, já que as crianças eram criadas por parentes próximos e pessoas que residiam em uma pequena distância.

“Mamãe se associou com tio Farruco e ele sempre apoiou mamãe em tudo, já tio Antônio era complicado, porque tio Antônio era muito religioso, muito da igreja e queria mandar na educação da gente, não tinha nada a ver, mas ele queria mandar e mamãe: *‘Quem manda nos meus filhos sou, quem manda na educação dos meus filhos sou eu.’*” (José Luiz Perez Rodriguez, 79 anos)

As mudanças vividas por eles foram muito maiores que as permanências. A começar pelo fato de morarem todos juntos, o contato com uma cultura, alimentação e,

principalmente, o idioma. Em Orense, o estilo de vida em que viviam era majoritariamente agrário, todos tinham um pedaço pequeno de terra, onde tinham uma pequena criação de gado e, de acordo com o relato de José Luiz, era geralmente para dois fins: venda (o leite e a carne) e para aquecer no inverno rigoroso que se tinha por lá. Além disso, era de costume, também, defumar a carne ou levar o animal para abate no inverno, para que se demorasse a estragar, já que naquela época não era comum o processo de refrigeração.

“Todos tinham terra, um pedaço aqui, um pedaço lá, tinha muita terra, era meio separada, é outra história que depois eu posso contar, essa cultura, que é uma coisa Galega, vem da Galícia né, que é o “minifúndio”. Primeiro: criava três ou quatro vacas, as vacas tinham duas funções, uma era produzir leite e produzir bezerro pra você vender e fazer algum dinheiro pra você vender e sobreviver. A outra é pra aquecer no inverno, o inverno de lá é muito rigoroso e na época não tinha calefação, não tinha nada. As casas todas de pedra, aquelas pedras rachão, primeiro andar e o assoalho de madeira e embaixo, onde ficavam as vacas que chama “a corte”. E lá na montanha tem um tipo de vegetação que se chamam ‘os toxos’ que cortava, fazia a cama da vaca, a vaca ficava ali o inverno todo, os toxos não deixavam dar mal cheiro e transmitia o calor pra cima, O calor da corte ajudava aquecer lá em cima.” (José Luiz Perez Rodriguez, 79 anos)

E esse estilo de vida acabava influenciando também os hábitos alimentares cultivados por eles, sendo boa parte deles trazidos e mantidos a partir do momento até então, principalmente, nas reuniões familiares em datas festivas.

“Na horta tinha as verduras todas, sempre tinha e pronto era isso que era a base alimentar, e milho, plantávamos milho porque não tínhamos farinha e nem acesso a trigo. Plantávamos milho. Tinha aqueles moinhos, Manolo ainda tem um moinho lá. Os moinhos trituravam o milho e saía farinha do milho. Com a farinha do milho a gente fazia o pão que se chamava ‘bica’. Então era o leite, a carne de porco, galinha, sempre tinha galinhas e ovos e não tínhamos outras fontes de alimentação não.” (José Luiz Perez Rodriguez, 79 anos)

Algo que também está presente no relato de Maria Helena, pois, segundo a mesma, esse costume de manter alguns hábitos trazidos por seus pais foi vantajoso, a partir do momento em que ela passou por uma situação oposta, no que diz respeito à uma visita à família espanhola residente em Vigo no ano de 2017.

“Isso ela ainda conservou com a gente, foi a minha sorte lá, certo? Lá você não tem feijão, eu acho que nunca comi arroz lá, nem macarrão. Lá é só batata e peixe, bacalhau e os embutidos, né? Os defumados como o chorizo. Isso aí nem falo porque são umas delícias os de lá né. Assim carne mesmo pra gente comer como a gente faz aqui, não tem. Eu não comi nenhum dia carne, a não ser o embutido, né? O chorizo, o chorizo, não o jamon, né? Chorizo já é uma linguiça. Mas carne

mesmo assim de boi eu não vi. Tanto é que Márcio, quando foi, ele voltou assim com vontade de comer carne. Pediram uma carne de bode lá, mas não foi bom, não é que nem aqui. As comidas não. Eu não senti tanto por causa de mamãe, ela conservou algumas coisas de lá.” (Maria Helena Perez Rodriguez de Farias, 66 anos)

Sabe-se que o dialeto, que causava tanta estranheza por parte dos brasileiros com os quais todos tiveram contato aqui, o galego, não foi mantido pela família, pois, como foi dito anteriormente, não houve o hábito de continuar falando a língua materna em casa; além do fato de terem sofrido certo assédio, por parte da população recifense com quem tinham contato, já que é um pouco diferente do castelhano, com o qual faziam a associação quando se falava no país ibérico. Isso foi uma das causas do choque relacionado à rápida inserção das crianças no ambiente escolar, bem como, na relação com alguns vizinhos.

“A gente falando galego, atrapalhado que só, bullying da bexiga na escola, que a gente chegou e em um mês já tava na escola, não falávamos português, era portunhol, o galego era muito parecido com português, é um português errado, né? Um português, troncho. Eu acho horrível aquele dialeto, mas era o que a gente falava, mas mesmo assim foi todo mundo pra escola, todo mundo na escolinha particular, era dona Lauricéia, a professorinha de bairro e pronto, começou a luta.” (José Luiz Perez Rodriguez, 79 anos)

Ainda sobre a questão da linguagem, Blandina fala:

“Só teve um cara que passava na rua lá de casa em um cavalo carregando umas lenhas, uns negócios, quando passava por nós ele fazia: “*Mire cure cure de galinha*”, imitando ou querendo imitar nossa fala terminou levando uma surra do meu irmão, ai nunca mais ele fez.” (Blandina Perez Ramos, 78 anos)

No que diz respeito à religiosidade, o catolicismo era muito forte, na época e na região, sendo cultural, que houvesse um padre na família, houve a tentativa de se manter esse costume, algo que, no fim das contas, não foi levado adiante. E essa herança católica, como foi dito anteriormente, foi uma questão determinante para a entrada da família na guerra e, além disso, essa mesma herança acabou gerando um costume que vem sendo cultivado, inclusive dentre as gerações mais jovens, o que acaba funcionando como uma marca da família, que é o uso de um escapulário (medalha que representa em seus dois lados imagens relacionadas à fé católica).

“Na Espanha, naquele tempo, tinha a cultura de que toda família tinha que ter um padre, a religião católica lá era muito dominante. Então tinha que ter o padre da minha família, e o padre era eu né. O primogênito homem, aí eu fui ser criado... quem morava com esse irmão dela era a outra irmã, a tia Carmen, ele não era casado. A irmã era quem cuidava dele, cuidava da casa, o casarão paroquial era muito

grande. E eu era para ser padre, né? Tava lá pra ser o padre da família. Só saí de lá quando ela disse não, não vou deixar não. Quando chegou aqui no Brasil, o meu pai não queria, mas ela continuou com a ideia que eu tinha que ser padre, ainda passei 5 anos no seminário e quando eu saí que disse que não queria ser padre mesmo, ainda colocaram Perfeito e Milucho pra ver se conseguia resgatar alguma coisa, mas foi pior.” (José Luiz Perez Rodriguez, 79 anos)

Sobre o escapulário, Blandina Perez Ramos diz;

“Mamãe, mamãe que foi para a Espanha e trouxe. Ela representa o escapulário. Ela foi e trouxe para a gente, para as filhas. Então isso pegou e das filhas passaram para os netos e para os bisnetos mais foi ela que trouxe da Espanha.” (Blandina Perez Ramos, 78 anos)

Ainda sobre o escapulário, Maria Helena relata:

“Isso aqui... Isso aqui foi assim, começou assim, a família da gente, né? Só os irmãos, mamãe foi pra Espanha e trouxe de presente pra gente, pra cada um, uma medalhinha dessa. E pronto, daí começou. Todo mundo com a medalhinha, tipo um escapulário que é nossa Senhora do Carmo e coração de Jesus né? O escapulário, então a gente começou a usar e todo mundo tem. Todos eles da família têm. E é uma marca para a família Perez Rodriguez. Pra família Perez Rodriguez porque a família Perez é maior né, mas a Perez Rodriguez que o Rodriguez é da minha mãe, eu acho que é uma marca que ficou dela.” (Maria Helena Perez Rodriguez de Farias, 66 anos)

O processo do manter, construir, e reconstruir, acaba sendo possível a partir do momento em que houve uma coesão familiar, tão valorizada, segundo Blandina, por Emílio Rivera; e a identidade espanhola passa a ser valorizada, não só como um diferencial, como também uma forma de orgulho, principalmente do histórico familiar. Segundo Emília Pessoa Perez, cônjuge de José Luiz, essa mesma união que os deixa próximos das origens.

“Acho que é a união da família, a união entre os irmãos. Eles têm um elo muito forte entre eles, têm também um sentimento pela pátria, eu acho, sabe? isso os deixa muito ligados a terra deles e acho que essa ligação entre eles, é como se fosse uma força para não esquecer, que são espanhóis, não esquecerem a sua origem. Em todo lugar que chegam “eu sou espanhol”, sou brasileiro naturalizado. Então eu acho que a própria união entre eles fortalece muito o vínculo deles com a sua origem, não é? ... Esse vínculo com a família não é só com os irmãos, é também com os parentes que estão na Espanha, é como se fosse uma forma de estar sempre resgatando a nacionalidade deles, sabe?” (Emília Pessoa Perez, 79 anos)

E, além da união, que é extremamente importante para esse difícil processo de adaptação e criação de um legado e tradição familiar, a alimentação, como já citada no

relato da Maria Helena, configura-se como um ponto importante, para se manter os costumes.

“Em João Pessoa, onde a gente também vive, ele [Zé Luiz] não tem essa preocupação de ir pra cozinha pra fazer. A gente ia colher os pimentões na casa dos primos. Colhia uva, pimentão, figos, castanhas, as frutas e sempre era uma forma, através da alimentação, também de fazer o resgate com a sua origem. De poder estar resgatando, esse vínculo. Não sei se eu respondi a tua pergunta.” (Emília Pessoa Perez, 79 anos)

Figura 3-



Na foto: Emílio Perez Rivera. Fonte: Acervo da família.

Figura 4-



Na foto: Maria de la Paz y Javiera Rodriguez Zorrilla.

Fonte: Acervo da família.

V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do estudo de caso da família Perez Rodriguez é possível concluir que as viagens, os conflitos e o processo de reconhecimento enquanto exilados/ imigrantes, foram determinantes para a formação de uma identidade familiar; bem como as experiências, pelas quais os integrantes da família passaram e repassaram em histórias contadas através de gerações, foram determinantes para a difusão dentre os familiares de estratégias responsáveis pela constituição de uma identidade transatlântica. Bem como responsáveis pela estratégia de transmissão de um legado, cujo entendimento enquanto “espanhol naturalizado brasileiro”, ou a valorização e significação das imagens do Vovô Emílio e principalmente da Vovó Pacita como motivo de orgulho dentre os descendentes da família Perez Rodriguez ao mesmo tempo reforça, forma e garante que esse legado será passado adiante.

Nosso objetivo foi problematizar o processo migratório de refugiados espanhóis para o Brasil, a partir do o estudo de caso da família Perez Rodriguez utilizando a metodologia da história oral. Nas entrevistas, observamos o lugar dos conflitos vividos em meados do Século XX, a Guerra Civil Espanhola e a Segunda Guerra Mundial, na narrativa dos nossos entrevistados de modo a analisar seu lugar de importância na constituição de uma identidade familiar transatlântica. Além de apresentar aos poucos os personagens da família Perez Rodriguez e considerar as razões para a vinda da mesma para o Brasil e a razão da escolha da cidade do Recife para o seu assentamento.

Buscamos identificar as estratégias da memória familiar para lidar com o novo campo de batalha: sua vida no Recife, Brasil, e a reconstituição de sua identidade de grupo. Construindo significados para o que foi “perdido”, principalmente no que diz respeito ao idioma, o que foi mantido e difundido, no que tange à união da família, tão prezada por Emílio Perez Rivera. A importância dos rituais e objetos de família nessa construção, como o cuidado com a alimentação, como foi englobado pelos depoimentos de Maria Helena Perez Rodriguez de Farias e Emília Pessoa Perez. Ou o costume de presentear os mais novos com os escapulários. Bem como a narrativa compartilhada do que foi experienciado, tanto na viagem, como nos anos de adaptação exposto pelos relatos de José Luiz Perez Rodriguez, Blandina Perez Ramos e Dolores Perez Rodriguez Pimenta.

Para além dessas questões mais técnicas, de pesquisa, houve também, na construção desse trabalho de conclusão de curso, a superação de um desafio, que era lidar tanto com a cobrança pessoal quanto familiar de como contar essa história. Todos os entrevistados criavam expectativas sobre a história da família que estava sendo escrita e queriam cada vez mais fazerem-se úteis enviando fotos, histórias, documentos e objetos pessoais... Ao mesmo tempo em que cobravam ver logo o resultado do trabalho. Cada encontro familiar tornou-se uma cobrança pelo resultado do trabalho. O que gerou na pesquisadora a necessidade de equilibrar a ansiedade familiar com as exigências acadêmicas. E, principalmente, com a empolgação por descobrir alguma coisa que saltasse aos olhos, que antes não era conhecido; a imparcialidade exigida foi sem dúvidas, um desafio diante de um histórico tão parcial: afinal, essa é minha família.

VI - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Histórias dentro da História.** In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. Editora Contexto, São Paulo, 2008.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas: Magia e Técnica; Arte e Política.** Editora Brasiliense. 7ª edição: São Paulo, 1994.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembrança de velhos.** Editora Companhia das Letras. 3ª edição: São Paulo, 1994.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da História: Novas Perspectivas.** Editora UNESP, 1992.

CALDAS, Alberto Lins. **Oralidade texto e história: para ler a história Oral.** Edições Loyola. 1ª edição. São Paulo, 1999.

CASADEI, Eliza Bachega. **Maurice Halbwachs e Marc Bloch em torno do conceito de memória coletiva.** São Paulo, Revista Espaço Acadêmico, n. 108, p.153-161, maio, 2010.

DE RUGGIERO, Antônio (org.). **A voz do Imigrante: memória e oralidade nos estudos históricos das migrações.** Editora Fi. 1ª Edição: Porto Alegre, 2018.

LOPES, Moisés Alexandre Antunes Lopes. **Refugiados espanhóis em Portugal (1936-38): O Caso de Elvas.** 2017. 145f. Dissertação de Mestrado- Universidade de Lisboa.

MARTINS, Gelise Ponce. **As Memórias de Braz Ponce Martins e a Imigração Espanhola para o Brasil.** In: V Congresso Internacional de História, p345-353. Setembro, 2011.

MASTRÁNGELO, Mariana; LAVERDI, Robson. **Desde las profundidades de la historia oral.** Editora Imago Mundi. 1ª edição, Buenos Aires.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral.** Edições Loyola. 5ª edição: São Paulo, 2005.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada.** Editora Contexto, 6ª edição, 2ª reimpressão. São Paulo, 2013.

RIOS, Fábio. **Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo.** Revista Intratextos, 2013, vol 5, no1, p. 1-22.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). **História, Memória, Literatura: O testemunho na Era das Catástrofes**. Editora Unicamp. 2ª reimpressão: São Paulo, 2003

SOUZA, Ismara Izepe de. **Caminhos que se cruzam: relações históricas entre Brasil e Espanha (1936 – 1960)**. 2009. 317 f. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo.

THOMPSON, Paul. **A voz do Passado**. Editora Paz e Terra 3ª edição: Rio de Janeiro, 1992.

TOMANIK, Geny Brillas. **Autobiografia: Memórias, experiências e sensibilidades de um exilado/imigrante espanhol**. São Paulo, Unesp, v. 11, n.1, p. 116-136, janeiro-junho, 2015.

ANEXOS

Figura 5-



Na foto: Emílio Perez Rivera. Fonte: acervo da família.

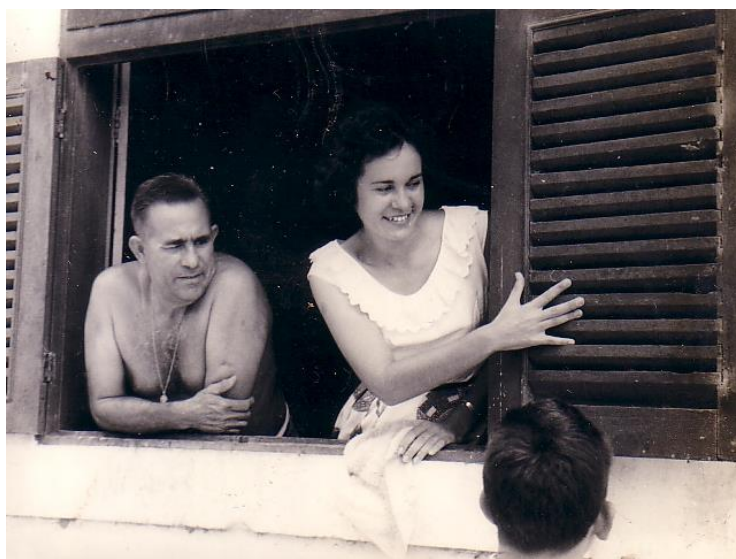
Figura 6-



Na foto: Emílio Perez Rodriguez (Milucho).

Fonte: Acervo da Família.

Figura 7-



Na foto (Da direita para a Esquerda): Paulina Perez Ramos e Emílio Perez Rivera

Fonte: Acervo da Família.

Figura 8-



Na foto (da direita para a esquerda): Maria de La Paz y Javiera Rodriguez Zorrilla e Emílio Perez Rivera

Fonte: Acervo da família

Figura 9-



Na Foto (da direita para a esquerda): Paulina Perez Ramos e Sita Perez Souza lima

Fonte Acervo da família

Figura 10-



Na foto (da direita para a esquerda): 1ª fila- Paulina, Emílio, Pacita, Zé Luiz.

2ª fila- Peu, Maricarmen, Milucho (no colo), Blandina e Lola.

3ª Maria Helena e Sita.

Fonte: Acervo da família.

Figura 11-



Na foto: Manoel Rodriguez (Tio Cura)

Fonte: Acervo da família

Figura 12-



Na foto: Perfecto Rodriguez (Papá Perfecto)

Acervo da família

Figura 13-

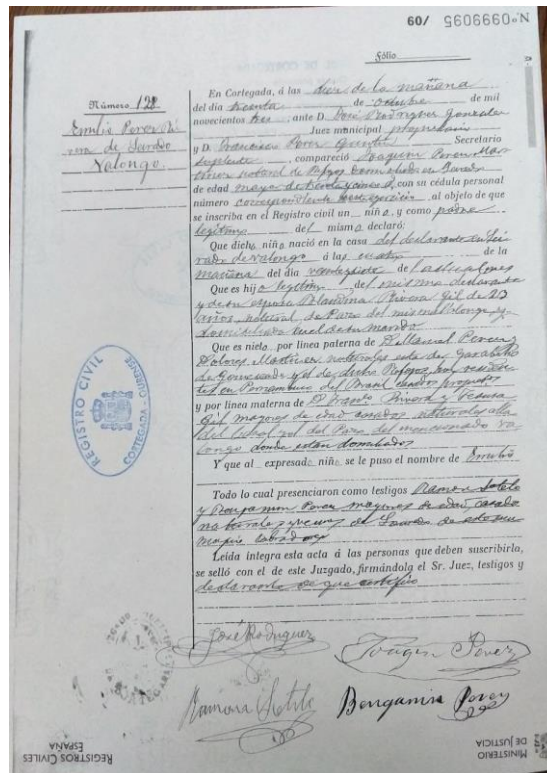


Na foto (da direita para a esquerda): 1ª fila: Maricarmen, Paulina e Maria Helena.

2ª fila: Peu, Lola, Milucho Blandina e Zé Luiz

3ª fila: Sita e Pacita.

Figura 16-



Certidão de Nascimento de Emílio Perez Rivera (frente).

Fonte: Acervo da família

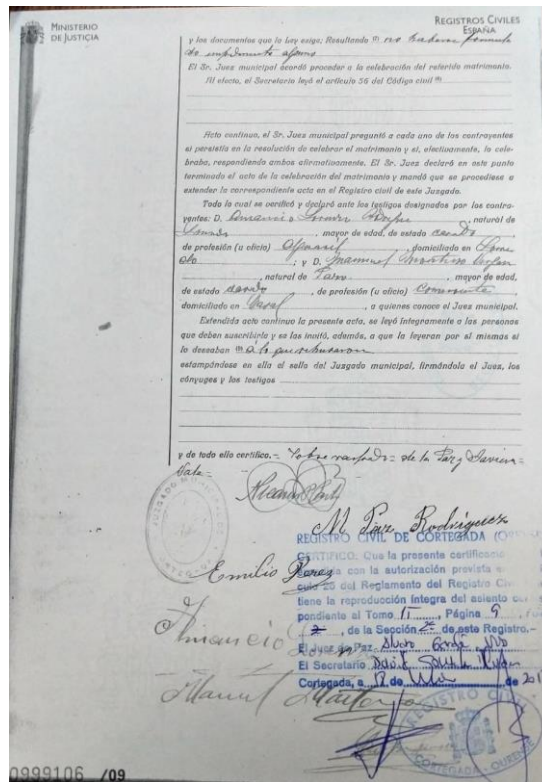
Figura 17-



Certidão de Casamento de Emílio Perez Rivera e Maria de La Paz (frente).

Fonte: Acervo da família

Figura 18-



Certidón de Casamento de Emilio Perez Rivera e Maria de La Paz (verso).

Fonte: Acervo da família

Figura 19-



Passaporte de Maria De la Paz, contendo os nomes e idades dos filhos, e por qual razão estava vindo ao Brasil. Fonte: Acervo da Família.